



Universidade de Brasília
Faculdade UnB Planaltina
Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública

José Werick de Carvalho

**AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE GESTÃO DE SUSTENTABILIDADE
NA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL:
Uma aplicação do índice de acompanhamento da sustentabilidade na administração**

Brasília/DF
2025

José Werick de Carvalho

**AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE GESTÃO DE SUSTENTABILIDADE
NA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL:
Uma aplicação do índice de acompanhamento da sustentabilidade na administração**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão Pública.

Orientadora: prof.^a dra. Andrea Fellipe Cabello

Brasília/DF
2025

Ficha catalográfica gerada automaticamente por meio do Sistema para Geração Automática de Ficha
Catalográfica de Teses e Dissertações da Biblioteca Central da Universidade de Brasília

CC331a Carvalho, José Werick de
Avaliação do nível de gestão de sustentabilidade na
Polícia Civil do Distrito Federal: uma aplicação do índice
de acompanhamento da sustentabilidade na administração /
José Werick de Carvalho; orientador Andrea Fellipe Cabello.
Brasília, 2025.
79 p.

Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública)
Universidade de Brasília, 2025.

1. Sustentabilidade. 2. Gestão Pública. 3. Polícia Civil
do Distrito Federal. 4. Avaliação. 5. Índice de
acompanhamento da sustentabilidade na administração pública.
I. Cabello, Andrea Fellipe, orient. II. Título.

José Werick de Carvalho

**AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE GESTÃO DE SUSTENTABILIDADE
NA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL:
Uma aplicação do índice de acompanhamento da sustentabilidade na administração**

Banca examinadora:

Prof.^a dra. Andreia Felipe Cabello – Face/UnB
Presidente

Prof. dr. André Nunes – PPGP/FUP/UnB
Membro Interno

Prof. dr. Claudiano Carneiro da Cruz Neto – UFRB
Membro Externo

Aprovada em ____ de _____ de 2025.

RESUMO

Este estudo avalia o nível de gestão de sustentabilidade na Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), utilizando o índice de acompanhamento da sustentabilidade na administração (Iasa), formulado pelo Tribunal de Contas da União (TCU). O objetivo principal é mensurar a eficácia das ações sustentáveis implementadas na instituição por meio do Plano de Logística Sustentável (PLS). A metodologia empregada compreendeu um estudo de caso com abordagem quantitativa e descritiva, baseado na análise documental e na aplicação de questionários aos integrantes da Comissão Gestora do PLS. Os dados foram analisados segundo os critérios do Iasa, tendo os resultados demonstrado lacunas e limitações na implementação de algumas ações, mas, de outra parte, identificado iniciativas importantes na adoção de práticas sustentáveis, como a redução no consumo de papel, de combustível, a gestão adequada de resíduos e a implantação de fontes alternativas de energia. Os resultados, nada obstante revelaram que a PCDF está engajada com boas práticas ambientais, apontam que há muitos desafios a serem enfrentados, especialmente no que tange à destinação orçamentária para a expansão dessas iniciativas e investimentos na capacitação e conscientização dos servidores. Conclui-se que a aplicação do Iasa pode contribuir para a melhoria da gestão das ações de sustentabilidade na PCDF, uma vez que pode servir de instrumento avaliativo do nível de implementação destas ações e fornecer subsídios para a formulação de políticas mais eficazes na gestão ambiental. Este estudo, portanto, reforça a importância de uma avaliação sistemática das medidas de sustentabilidade na administração pública como ferramenta de aprimoramento da eficiência institucional.

Palavras-chave: sustentabilidade; Polícia Civil do Distrito Federal; índice de acompanhamento de gestão da sustentabilidade na administração pública.

ABSTRACT

This study assesses the level of sustainability management in the Civil Police of the Federal District (PCDF), using the Sustainability Monitoring Index in Administration (IASA), formulated by the Federal Court of Auditors (TCU). The main objective is to measure the effectiveness of sustainable actions implemented in the institution through the Sustainable Logistics Plan (PLS). The methodology used comprised a case study with a quantitative and descriptive approach, based on document analysis and the application of questionnaires to the members of the PLS Management Committee. The data were analyzed according to the IASA criteria, and the results demonstrated gaps and limitations in the implementation of some actions, but, on the other hand, identified important initiatives in the adoption of sustainable practices, such as the reduction in paper and fuel consumption, adequate waste management and the implementation of alternative energy sources. The results, although revealed that the PCDF is committed to good environmental practices, indicate that there are many challenges to be faced, especially with regard to the budget allocation for the expansion of these initiatives and investments in the training and awareness of employees. It is concluded that the application of Iasa can contribute to improving the management of sustainability actions in the PCDF, since it can serve as an instrument to assess the level of implementation of these actions and provide support for the formulation of more effective policies in environmental management. This study reinforces the importance of the systematic evaluation of sustainability policies in public administration as a tool for improving institutional efficiency.

Keywords: sustainability; Civil Police of the Federal District; sustainability management monitoring index in public administration.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Processo de seleção das publicações.....	20
Figura 2 – Objetivos do Eixo 2 do Plano de Logística Sustentável.....	50
Figura 3 – Discriminação das metas do Eixo 2 do Plano de Logística Sustentável	51
Figura 4 – Plano Estratégico Institucional da PCDF: Alinhamentos.....	52
Figura 5 – Discriminação do Eixo 4 do Plano de Logística Sustentável	54
Figura 6 – Distribuição da pontuação da PCDF, por faixa	58
Figura 7 – Organograma da PCDF	67
Figura 8 – Gráfico com resultados do Iasa da PCDF, da APF e dos poderes	79

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Indicadores para copos descartáveis	33
Tabela 2 – Indicadores para papel	33
Tabela 3 – Indicadores para o consumo de energia	34
Tabela 4 – Indicadores para o consumo de água	34
Tabela 5 – Indicadores para transporte terrestre e aéreo.....	35
Tabela 6 – Indicadores de coleta seletiva.....	35
Tabela 7 – Indicadores do descarte dos resíduos perigosos gerados	36
Tabela 8 – Indicadores do descarte dos resíduos eletrônicos	37
Tabela 9 – Consumo de material	49
Tabela 10 – Redução no consumo de material	49
Tabela 11 – Desempenho da PCDF no Iasa em comparação com órgãos federais	57
Tabela 12 – Resultados no Iasa da PCDF, da APF e dos poderes.....	79

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Lista das publicações selecionadas a partir do Portal de Periódicos	18
Quadro 2 – Lista de trabalhos selecionados na BDTD	19
Quadro 3 – Normativos relacionados aos princípios e diretrizes sustentáveis.....	25
Quadro 4 – Eixos temáticos da A3P	27
Quadro 5 – Normas, ferramentas de gestão e índices de sustentabilidade.....	30
Quadro 6 – Ações previstas para redução dos copos descartáveis	33
Quadro 7 – Ações previstas para redução o consumo de papel A4.....	34
Quadro 8 – Ações previstas para redução do consumo de energia.....	34
Quadro 9 – Ações previstas para redução do consumo de água.....	35
Quadro 10 – Ações previstas para redução do consumo de combustível	35
Quadro 11 – Ações previstas para implantar a coleta seletiva solidária	36
Quadro 12 – Ações previstas para o descarte adequado dos resíduos perigosos	37
Quadro 13 – Ações previstas para o descarte adequado dos resíduos eletrônicos	37
Quadro 14 – Ações previstas para o estabelecimento da qualidade de vida no ambiente de trabalho.....	37
Quadro 15 – Ações previstas para o estabelecimento das compras públicas.....	38
Quadro 16 – Ações previstas para o estabelecimento das construções sustentáveis	38
Quadro 17 – Ações previstas para o estabelecimento da qualidade de vida no ambiente de trabalho.....	38
Quadro 18 – Eixos e composição do cálculo do Iasa.....	39
Quadro 19 – Resultados do indicador I2 em relação à Portaria n.º 23/2015.....	44

LISTA DE SIGLAS

A3P	Agenda Ambiental na Administração Pública
APF	Administração Pública Federal
Ascom	Assessoria de Comunicação
CGPLS	Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável
CIG	Comitê Interno de Governança
CPL	Comissão Permanente de Licitação
DAE	Divisão da Arquitetura e Engenharia
DAG	Departamento de Administração Geral
DCIG	Departamento de Controle Interno e Gestão
DGI	Departamento de Inteligência e Gestão da Informação
DGP	Departamento de Gestão de Pessoas
Diplane	Divisão de Planejamento Estratégico
Ditran	Divisão de Transporte
DPT	Departamento de Polícia Técnica
DRM	Divisão de Recursos Materiais
E	Eixo
ESG	<i>Environmental, social and governance</i>
ESPC	Escola Superior de Polícia Civil
FGV	Fundação Getúlio Vargas
GABDG	Gabinete do Delegado Geral
GEE	Gases de efeito estufa
I	Indicador
Iasa	Índice de acompanhamento da sustentabilidade na administração
IML	Instituto de Medicina Legal
LEED	<i>Leadership in energy and environmental design</i>
MMA	Ministério do Meio Ambiente
PCDF	Polícia Civil do Distrito Federal
PEG	Programa de Eficiência do Gasto
PES	Projeto Esplanada Sustentável
PLS	Plano de Logística Sustentável
PNMC	Política Nacional sobre a Mudança do Clima
Procel Edifica	Programa Nacional de Eficiência Energética em Edificações
RPE	Registro Público de Emissões
Sirene	Sistema de Registro Nacional de Emissões
TCU	Tribunal de Contas da União
TJDFT	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Formulação do problema de pesquisa	12
1.2. Objetivos	14
1.2.1. Objetivo geral	14
1.2.2. Objetivos específicos	14
2 METODOLOGIA	15
2.1 Procedimento de pesquisa	15
2.2 Coleta de dados	16
2.3 Análise dos dados	16
2.4 Levantamento bibliográfico	17
3 REFERENCIAL TEÓRICO	21
3.1 Conceito de sustentabilidade	21
3.2 Histórico da sustentabilidade na administração pública	22
3.3 Importância da sustentabilidade na administração pública	24
3.4 Legislação aplicável à sustentabilidade na administração pública	24
3.5 Agenda ambiental na administração pública (A3P)	26
3.6 Indicadores de sustentabilidade	28
3.7 Instrumentos de gestão da sustentabilidade	29
3.8 Plano de Logística Sustentável da Polícia Civil do Distrito Federal	31
3.8.1 Indicadores do Plano de Logística Sustentável da PCDF	33
3.9 Índice de acompanhamento da sustentabilidade na administração pública	38
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	41
4.1 Indicador I1: Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) – elaboração, implementação e monitoramento	41
4.2 Indicador I2: Racionalização no uso de energia elétrica	42
4.3 Indicador I3: Racionalização no uso de água	45
4.4 Indicador I4: Acessibilidade	46
4.5 Indicador I5: Certificação de prédios públicos	47
4.6 Indicador I6: Racionalização de consumo de papel e processo eletrônico	48
4.7 Indicador I7: Gestão de resíduos e coleta seletiva solidária (CSS)	50
4.8 Indicador I8: Contratações Públicas Sustentáveis (CPS)	51
4.9 Indicador I9: Mobilidade, transporte institucional e emissão de gases de efeito estufa (MOB)	53
4.10 Indicador I10: Conscientização e capacitação	55

4.11 Indicador I11: Adesão a programas de sustentabilidade.....	55
5 RESULTADOS DO CÁLCULO DO IASA NA PCDF.....	57
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS.....	61
ANEXO A – Organograma da PCDF	67
ANEXO B – Certificado de adesão da PCDF ao Programa A3P	68
APÊNDICE A – Critérios de pontuação do questionário.....	69
APÊNDICE B – Questionário respondido pela Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável da PCDF	74
APÊNDICE C – Comparação dos resultados obtidos na pesquisa com os resultados da auditoria do TCU	79

1 INTRODUÇÃO

A sustentabilidade tem se tornado um tema cada vez mais presente nas discussões sobre o futuro do planeta e das sociedades. Diversas iniciativas, tanto no âmbito público como privado, têm surgido com o objetivo de promover práticas sustentáveis e conscientizar a população sobre a importância de se preservar o meio ambiente.

A administração pública tem um papel fundamental na busca por um desenvolvimento sustentável, com ações que promovam os aspectos sociais, políticos e econômicos.

Nesse contexto, este trabalho analisa o nível de gestão de sustentabilidade na Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), aplicando às ações do seu Plano de Logística Sustentável (PLS) o índice de acompanhamento de sustentabilidade na administração pública federal (Iasa), formulado em auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU).¹ nos órgãos federais dos poderes executivo, legislativo e judiciário.

A Polícia Civil do Distrito Federal por meio da Portaria n.º 52/2020 institui o seu PLS com o objetivo de implantar um conjunto de ações e práticas sustentáveis na gestão da instituição. O plano abrange medidas que buscam economizar recursos naturais, reduzir custos, promover a responsabilidade socioambiental e melhorar a qualidade dos serviços prestados.

Uma das principais iniciativas constante do PLS foi a implantação de fontes alternativas de energia. O sistema de geração de energia solar da PCDF supre cerca de 25% do consumo total da instituição e se encontra em fase de expansão, com projeto que prevê a implantação de novos sistemas de captação de energia solar e eólica em suas instalações.

Outra medida importante do plano é a redução do consumo de água com a adoção de práticas de reutilização e aproveitamento. Há previsão de ações de conscientização dos servidores para a redução do desperdício, bem como a instalação de sistemas de captação de água da chuva para uso em atividades não potáveis.

O PLS também contempla ações voltadas para a gestão de resíduos sólidos com práticas consolidadas de coleta seletiva, separação dos resíduos recicláveis e a destinação correta dos resíduos orgânicos. A Polícia Civil também conta com um programa de logística reversa que garante o descarte adequado de materiais como baterias e lâmpadas.

No que diz respeito à responsabilidade social, o PLS inclui ações de promoção da saúde e segurança no trabalho para os servidores, sendo realizadas campanhas de prevenção de acidentes e doenças ocupacionais, bem como programas de qualidade de vida e bem-estar.

¹ O Iasa foi elaborado pelo TCU no âmbito do procedimento de Auditoria Operacional TC 006.615/2016-3, realizada em órgãos integrantes da administração pública federal (APF).

Outro ponto que vale destacar no PLS é a inclusão de critérios socioambientais nos processos de contratação de materiais e serviços. A Polícia Civil do Distrito Federal, desse modo, deve dar preferência a aquisição de produtos de empresas que possuam certificações de sustentabilidade e que adotem práticas responsáveis em sua produção.

A partir da análise das medidas adotadas no plano de logística sustentável, observa-se que a instituição tem se esforçado para promover a sustentabilidade em suas atividades, sob os aspectos ambiental, social, político e econômico. Todavia, deve-se enfatizar que a adoção destas práticas na administração pública ainda enfrenta desafios, notadamente a escassez de recursos financeiros. A implantação e a execução de um programa de medidas sustentáveis, muitas vezes, exigem um investimento inicial significativo, ou a realocação dos recursos destinados para a área fim, em edificações, na adoção de novas tecnologias e na capacitação e conscientização dos servidores.

Ponto que merece a atenção dos gestores é a necessidade de elaboração de um planejamento que defina com clareza metas e indicadores, que valorize o diálogo com a sociedade civil, e estabeleça parceria com o setor privado, como estratégia para obtenção de resultados efetivos e duradouros.

Por fim, é importante salientar que, dada a multidisciplinariedade da questão ambiental, é imprescindível a integração de diferentes áreas de competências da administração e a promoção da participação ativa de diversos atores sociais para a construção de uma cultura organizacional de consciência ecológica.

1.1 Formulação do problema de pesquisa

As organizações públicas têm um papel singular na promoção e disseminação de práticas que evidenciam o comprometimento com a desenvolvimento sustentável, pois produzem e consomem bens e serviços que poluem, devendo, pois, assumirem o papel de influenciadora e exemplo para os cidadãos e para o setor privado.

No entanto, muitas vezes essas condutas ainda estão distantes da realidade da administração pública, provocando danos ao meio ambiente e impactos negativos à sociedade. Diante dessa constatação é preciso reconhecer que ainda há um longo caminho a percorrer para que essa consciência se torne uma realidade em nosso cotidiano, donde surge a necessidade de analisar como a gestão pública pode efetivamente implementá-la em seus processos e atividades.

Nesse contexto, vale destacar a adoção pela PCDF de uma política de responsabilidade socioambiental como iniciativa que demonstra o compromisso com questões políticas, sociais e econômicas interligadas a esta temática. No seu PLS, por exemplo, foram previstas ações visando a redução do consumo de recursos naturais nas atividades administrativas e operacionais. Entre as medidas elencadas estão o uso de energia renovável, a redução do consumo de papel e água, a destinação correta de resíduos, o incentivo ao uso de meios de transporte alternativos, a iniciativa de compras públicas sustentáveis e o monitoramento do desempenho das ações por meio da fixação de metas e indicadores.

Todavia, cabe reconhecer, que a implementação dessas medidas apresenta obstáculos que precisam ser superados para que seus objetivos sejam concretizados. Um dos principais desafios é a conscientização e engajamento de todos, o que demanda uma comunicação precisa, clara e objetiva para não gerar resistências e se tornar um grande dificultador à adesão dos servidores e colaboradores.

Além disso, a falta de recursos financeiros e tecnológicos também pode se tornar um entrave para a implementação das medidas. É necessário que haja um investimento inicial na aquisição de equipamentos, realização e adaptações de obras para possibilitar ou facilitar a adoção de uma gestão ambiental, sendo também indispensável uma previsão orçamentária permanente para garantir a continuidade das ações e projetos.

Acresça-se ainda a necessidade de compatibilizar a execução dessas medidas às demandas das distintas áreas e atividades da PCDF. Algumas ações propostas podem não ser aplicáveis ou podem não ter o resultado esperado em determinado setores, sobretudo nas atividades operacionais. Por isso, é importante que haja uma interlocução constante entre os integrantes da Comissão do Plano de Logística Sustentável e as demais áreas, objetivando uma adequação dessas iniciativas às especificidades da organização.

Além desses desafios internos, há também os externos, como o incremento de incentivos e apoio do poder público para a incorporação dessa temática na rotina da administração pública. É fundamental que haja um alinhamento entre as políticas e diretrizes do governo e uma participação ativa da sociedade civil na cobrança e fiscalização das práticas sustentáveis na administração pública. Nessas circunstâncias, essa pesquisa tem como questionamento: como a identificação do nível de gestão da sustentabilidade pela aplicação do índice de acompanhamento de sustentabilidade na administração pública (Iasa) do TCU pode contribuir para o diagnóstico de lacunas ou limitações e auxiliar na implementação das ações previstas no plano de logística sustentável (PLS) com vistas ao fortalecimento das práticas sustentáveis na PCDF?

1.2. Objetivos

1.2.1. Objetivo geral

Em consonância com o problema de pesquisa, este estudo estabeleceu como objetivo geral: avaliar o nível de gestão socioambiental da Polícia Civil do Distrito Federal de acordo com o índice de acompanhamento da sustentabilidade na administração pública (Iasa) elaborado pelo TCU para aferir a eficiência das práticas sustentáveis na PCDF.

1.2.2. Objetivos específicos

Para a consecução do objetivo geral proposto, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- 1) verificar as ações de sustentabilidade adotadas e implementadas pela PCDF;
- 2) identificar lacunas e limitações na implementação dessas ações;
- 3) calcular e comparar o Iasa da PCDF com a média geral dos órgãos da administração pública federal;
- 4) apresentar propostas, a partir dos resultados obtidos, para melhoria do nível de gestão da sustentabilidade na PCDF.

2 METODOLOGIA

Para analisar o grau de implementação das ações e práticas sustentáveis na Polícia Civil do Distrito Federal e alcançar os objetivos deste trabalho, foi efetuada uma pesquisa de natureza exploratória e descritiva, por meio de uma abordagem quantitativa. Isso significa que o estudo buscou compreender profundamente o fenômeno em questão, levando em consideração a complexidade e a diversidade dos contextos que envolvem a atividade policial.

Gil (2010) explica que o objetivo das pesquisas descritivas, como o próprio nome indica, é descrever as características de determinado fenômeno a fim de mais bem entendê-lo. São inúmeros os estudos que podem ser classificados como pesquisa descritiva, pois esse tipo de estudo possui como uma das principais características a utilização de técnicas padronizadas para coleta de dados, tais como o questionário, que foi utilizado como instrumento desta pesquisa (Babbie, 1999; Gil, 2010).

Por seu turno, a pesquisa exploratória proporciona maior familiaridade com o problema, explicitando-o (Gil, 2010). Para tanto, seu planejamento é bastante flexível, permitindo que os aspectos relativos ao fato estudado sejam abordados de diferentes formas. Desse modo, ela favorece o aprimoramento de ideias ou a formulação de hipóteses.

Diehl e Tatim (2004) asseveram que a pesquisa quantitativa, em função da quantificação tanto na coleta dos dados quanto no tratamento das informações, por meios de técnicas estatísticas, tem como objetivo obter resultados que evitem possíveis distorções de análise e interpretação, o que proporciona maior margem de segurança ao estudo.

Ao adotar a abordagem quantitativa, a pesquisa teve como foco a quantificação dos dados, cujos resultados foram objeto de análise objetiva do grau de gestão de sustentabilidade da PCDF, e comparativa em relação ao desempenho das instituições da administração pública federal que foram auditadas pelo TCU.

2.1 Procedimento de pesquisa

A estratégia adotada como procedimento de pesquisa foi o estudo de caso. Essa escolha permitiu uma avaliação detalhada acerca do nível de implementação das ações e de práticas sustentáveis em um contexto específico, no caso, a PCDF.

De acordo com Godoy (2006), o estudo de caso deve ter como foco uma situação ou evento específico e sua relevância reside no que ele é capaz de revelar sobre tal fenômeno em suas particularidades. Na pesquisa desenvolvida, o estudo de caso se mostrou pertinente por oferecer a oportunidade de compreensão da política de responsabilidade socioambiental, a identificação de

lacunas, os desafios existentes e a possibilidade de explorar a relação entre resultados alcançados e a gestão das ações de sustentabilidade na PCDF.

2.2 Coleta de dados

Para maior aprofundamento e entendimento do tema, foi realizada inicialmente uma revisão de literatura, que envolveu pesquisa bibliográfica, em bases de dados científicas, e documental, com levantamento de documentos oficiais e registros institucionais (Marconi; Lakatos, 2017). Os resultados dessa pesquisa subsidiaram a construção do referencial teórico desta dissertação.

Considerando o escopo do trabalho, a principal fonte de dados empíricos será as informações oficiais referentes à natureza e implementação das ações constantes do plano de logística sustentável da Polícia Civil do Distrito Federal.

Utilizou-se, assim, como instrumento para coleta de dados, a aplicação de questionários aos integrantes da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável (CGPLS), que contribuiu para o estudo de caso com categorização e avaliação estatística ulterior (Bardin, 2016). O questionário utilizado é a replicação do questionário criado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para avaliar o índice de acompanhamento da sustentabilidade na Administração (Iasa) em órgãos públicos federais.

Uma vez coletados, os dados foram registrados, organizados e estruturados de forma sistemática e gerenciados com ferramentas adequadas para garantir sua integridade, segurança, confiabilidade e acessibilidade para análise posterior.

2.3 Análise dos dados

Os dados coletados e os resultados obtidos com a aplicação do questionário foram analisados quantitativamente, seguindo o mesmo modelo adotado pelo TCU. Neste modelo (Iasa) se atribui uma pontuação numérica aos critérios de sustentabilidade avaliados, com o objetivo de medir o grau de implementação e gestão dessas ações. Essa pontuação é calculada com base em respostas objetivas, como “sim” ou “não”, fornecidas ao questionário utilizado como instrumento de coleta de dados.

Como se verá, no Iasa a análise dos resultados é predominantemente quantitativa, pois compreende o cálculo de médias, percentuais ou outras estatísticas descritivas para resumir e comparar os dados coletados. Nada obstante a possibilidade de uma abordagem qualitativa como análise de conteúdo das respostas ou interpretação do contexto e significados dos

resultados, nesta pesquisa a avaliação será restrita à obtenção do índice de acompanhamento da gestão de sustentabilidade. O Iasa utiliza uma escala de pontuação que varia de 0 a 3 para avaliar os critérios de sustentabilidade implementados pelas instituições públicas. Essa escala é aplicada a cada critério avaliado, da seguinte forma:

- 0: indica ausência ou implementação mínima do critério;
- acima de 0 e abaixo 1: indica implementação parcial ou incipiente do critério;
- 1 e abaixo de 2: indica implementação intermediária do critério;
- 2 a 3: indica implementação completa ou avançada do critério.

Essa pontuação permite uma avaliação gradativa do nível de implementação das práticas sustentáveis em diferentes áreas da administração pública, fornecendo uma base quantitativa para comparar o desempenho entre as instituições e ao longo do tempo.

O Iasa avalia diversas práticas sustentáveis implementadas pelas instituições públicas, cobrindo uma ampla gama de áreas. Algumas das práticas avaliadas pelo Iasa incluem:

- racionalização no uso de energia elétrica e de água;
- atendimento a requisitos de acessibilidade;
- certificação de prédios públicos;
- racionalização no uso de papel e implementação de processo eletrônico;
- gestão de resíduos e coleta seletiva;
- contratações públicas sustentáveis;
- mobilidade e gases do efeito estufa;
- conscientização, capacitação e adesão a programas de sustentabilidade.

Essas ações abrangem aspectos relacionados à eficiência energética, uso racional de recursos naturais, gestão de resíduos, acessibilidade, transporte sustentável, entre outros. O Iasa visa fornecer uma avaliação abrangente do compromisso das instituições públicas com a sustentabilidade em diferentes áreas de atuação.

2.4 Levantamento bibliográfico

A pesquisa bibliográfica em bases de dados acadêmicas foi orientada pelo uso de palavras-chave associadas ao tema de pesquisa, a fim de permitir a recuperação de informações específicas, a organização, categorização e estruturação dos dados.

As plataformas de busca utilizadas para pesquisa foram o Portal de Periódicos da Capes e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

A pesquisa se estendeu por áreas de conhecimento das Ciências Sociais, Ciências Jurídicas, Ciências Humanas, Administração Pública e Ciências Políticas. No caso em tela, foram priorizados termos de busca relacionados especificamente à temática, os quais foram aplicados isoladamente e combinados por meio de operadores booleanos para refinamento da pesquisa. Foram utilizados termos como “sustentabilidade”, “pública”, “agenda ambiental” “logística sustentável” e “indicadores ambientais”.

No Portal de Periódicos da Capes, o recorte temporal selecionado para as buscas foi de uma década, compreendendo o intervalo de 2014 a 2023. Optou-se por utilizar um período de tempo maior visando uma compreensão mais abrangente do contexto histórico, cultural e social que influenciou o desenvolvimento do tema, assim como uma ampliação das fontes de pesquisa, além de uma melhor compreensão da evolução da temática e das tendências atuais, a fim de enriquecer a análise e os resultados da pesquisa.

Na fase de depuração dos resultados, adotou-se a técnica de leitura de títulos, resumos e resenhas, extraíndo-se entre os trabalhos apresentados aqueles que possuíam mais afinidade com a proposta de pesquisa. A busca retornou 149 resultados. Desses, 133 foram excluídos por não se alinharem ao escopo do estudo.

Após análise dos resultados do levantamento no banco de dados, que consistiu na leitura de títulos e resumos dos trabalhos selecionados com foco no problema de pesquisa, chegou-se ao resultado final de 12 artigos para uma avaliação crítica mais aprofundada.

Após a etapa de seleção prévia dos textos, procedeu-se à leitura completa destes com o objetivo de encontrar evidências relacionadas ao objeto de estudo, proporcionando uma revisão de literatura abrangente sobre o tema da sustentabilidade na administração pública. A leitura de alguns dos trabalhos (resenhas) levou à leitura de outras publicações associadas (livros). O Quadro 1 apresenta a lista de publicações selecionadas para leitura, categorizadas em função do assunto.

Quadro 1 – Lista das publicações selecionadas a partir do Portal de Periódicos

Gestão pública sustentável			
Título	Autor(es)	Ano	Editor
O bom negócio da sustentabilidade	ALMEIDA, Fernando A.	2002	Editora: Nova Fronteira
Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI	VEIGA, Jose Eli da	2011	Editora: Garamond
Gestão pública orientada ao desenvolvimento sustentável e indicadores de desempenho socioambiental	BESSA, Fabiane Lopes Bueno Netto	2011	<i>Cadernos de Finanças Públicas</i>
Avaliação de eficiência a partir de indicadores de sustentabilidade	GAVIÃO, Luiz Octávio <i>et al.</i>	2017	<i>Conhecimento & Diversidade</i>

Agenda Ambiental A3P			
Título	Autor(es)	Ano	Editor
A dimensão sócio-organizacional do desenvolvimento sustentável	SERVA, Maurício.	1999	Anais do I Encontro dos Cursos de Graduação em Administração – Ebangrad
Administração pública e agenda ambiental – A3P: considerações sobre a implementação nos órgãos públicos	CAVALCANTE, Maria Lailze Simões Albuquerque	2012	<i>Revista Controle</i>
A agenda ambiental na administração pública: desafios operacionais e estratégicos	ARAUJO, Carolina Lopes; LUDEWIGS, Thomas; CARMO, Eliane Almeida do.	2015	<i>Desenvolvimento em Questão</i>
Agenda ambiental na administração pública (A3P) aliada à gestão do conhecimento: caso prático da Ecoliga-RO	AFONSO, Davisson Lucas Vieira; PACHECO, Isis Bruna Gomes; BRAGA, Iluska Lobo.	2023	<i>Revista Gestão Organizacional</i>
Indicadores de Sustentabilidade			
Título	Autor(es)	Ano	Editor
Indicadores de sustentabilidade: um levantamento dos principais sistemas de avaliação	VAN BELLEN, Hans Michael.	2004	<i>Cadernos Ebape.BR</i>
Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa	VAN BELLEN, Hans Michael.	2006	Editora: FGV
Avaliação de eficiência a partir de indicadores de sustentabilidade	GAVIÃO, Luiz Octávio <i>et al.</i>	2016	<i>Conhecimento & Diversidade</i>
Plano de Gestão de Logística Sustentável: proposição de ações e indicadores socioambientais para avaliar o desempenho nos órgãos públicos federais	LUIZ, Lilian Campagnin; PFITSCHER, Elisete Dahmer; ROSA, Fabrícia Silva da	2015	<i>Revista De Administração Da UFSM</i>

Fonte: dados da pesquisa.

Por sua vez, na consulta ao BDTD, restringiu-se o recorte temporal a cinco anos, tendo sido selecionados três resultados pertinentes ao tema objeto de investigação. A seguir, o Quadro 2 apresenta a lista de teses e dissertações selecionadas.

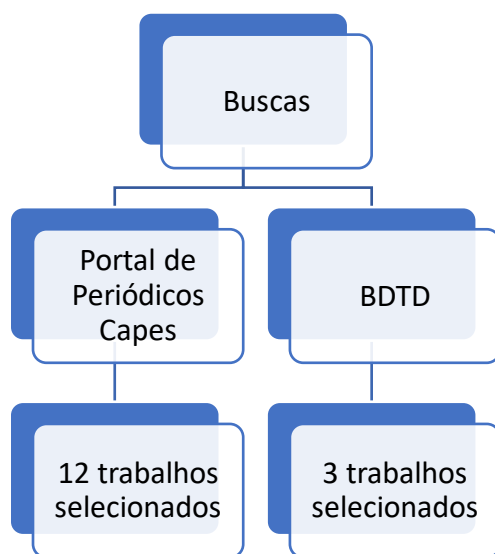
Quadro 2 – Lista de trabalhos selecionados na BDTD

Nº	Referência
1	NUNES, Victor Reis de Santiago. Implicações dos indicadores de sustentabilidade na gestão organizacional: um estudo na administração pública. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.
2	BELLEN, Hans Michael van. Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.
3	CEZAR, Fernando Vieira. Agenda Ambiental da Administração Pública e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: alinhamento para uma agenda aprimorada. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2023.

Fonte: dados da pesquisa.

A Figura 1 a seguir sintetiza o levantamento realizado nas bases de dados pesquisadas, a quantidade de material encontrado e os tipos de trabalhos selecionados para leitura.

Figura 1 – Processo de seleção das publicações



Fonte: Elaboração própria.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A sustentabilidade é um tema cada vez mais presente na agenda contemporânea, refletindo a crescente preocupação com a preservação do meio ambiente e a utilização responsável dos recursos naturais. Nesse sentido, é necessário que a administração pública assuma um papel de liderança na promoção da sustentabilidade, incorporando-a em suas práticas e ações.

Para compreensão das questões envolvidas no problema de pesquisa aqui delimitado, esta seção busca aprofundar os principais aspectos e conceitos relacionados ao tema e discutir a importância da adoção de gestão que valorize o desenvolvimento sustentável. Serão explorados conceitos atuais da sustentabilidade, suas relações com a administração pública, as dimensões social, econômica e política que envolvem gestão sustentável de recursos, responsabilidade ambiental, redução de impactos negativos e implementação de políticas públicas sustentáveis.

Essa abordagem servirá como parâmetro para diagnosticar e debater os desafios e benefícios que podem advir da introdução de medidas de proteção ambiental na administração pública, destacando suas potenciais contribuições para a qualidade de vida da população. Portanto, essa seção é fundamental para a compreensão aprofundada do tema, oferecendo uma visão crítica e propositiva diante dos eventuais obstáculos e oportunidades da gestão pública sustentável.

3.1 Conceito de sustentabilidade

A sustentabilidade é um conceito abrangente que engloba a preservação do meio ambiente, a justiça social e a eficiência econômica, visando garantir o bem-estar das gerações presentes e futuras. Para Porto-Gonçalves (2018), a sustentabilidade é um “processo permanente de equilíbrio entre as atividades humanas e as estruturas da natureza, com vistas à garantia do bem-estar das gerações presentes e futuras”. O conceito surgiu em resposta a problemas ambientais graves que passaram a ser observados a partir da década de 1970, exigindo uma mudança de paradigma nos modelos de produção e consumo, como aponta Seiffert (2011, p. 204), ao destacar que “a crise ambiental acelerou a discussão sobre a necessidade de estabelecer limites ao crescimento econômico e propôs que os padrões de consumo e produção fossem revistos”.

A sustentabilidade envolve não apenas ações individuais e coletivas, mas também políticas públicas e práticas empresariais sustentáveis. Didelon, Grasland e Richard (2008, p. 168) afirmam que “a ideia de sustentabilidade implica uma redefinição do crescimento

econômico, concebido não como uma meta em si, mas como um meio de garantir o bem-estar social e o equilíbrio ambiental”. Além disso, a sustentabilidade envolve a promoção da igualdade social e a distribuição equitativa de recursos e oportunidades entre os diferentes grupos sociais. Bhatta (2003, p. 168) argumenta que “a sustentabilidade requer a promoção da igualdade de oportunidades para todos, independentemente de classe social, gênero ou etnia, a fim de garantir o desenvolvimento sustentável para as gerações futuras”.

Para garantir sua efetividade, o conceito de sustentabilidade deve ser abordado criticamente e implementado de forma genuína, com esforços conjuntos de indivíduos, empresas e governos. Como ressalta Almeida (2022, p. 96), “a implementação de práticas sustentáveis nas empresas é fundamental para garantir sua sobrevivência no longo prazo, além de contribuir para a redução dos impactos ambientais e para a promoção da justiça social”. Essa abordagem intergeracional é destacada por Santos Filho (2015, p. 278), que ressalta que “a sustentabilidade é um conceito baseado na ética intergeracional, que tem como objetivo garantir que as gerações presentes e futuras tenham acesso aos recursos necessários para atender às suas necessidades”.

3.2 Histórico da sustentabilidade na administração pública

O tema da sustentabilidade na administração pública tem evoluído ao longo das últimas décadas, refletindo uma crescente conscientização sobre a importância da gestão responsável dos recursos naturais e o impacto das políticas governamentais no meio ambiente e na sociedade.

De acordo com Didelon, Gasland e Richard (2008, p. 46),

o marco histórico da sustentabilidade na administração pública remonta à década de 1960, quando se iniciou um movimento mundial em prol da preservação ambiental e do desenvolvimento sustentável. Neste período, diversos países começaram a criar legislações ambientais mais rígidas e a promover ações de conscientização e controle ambiental. Essas iniciativas foram cruciais para o surgimento de políticas sustentáveis na gestão pública.

Zanin e Barreto (2006, p. 75) destacam que, “a partir da década de 1970, com o aumento dos problemas ambientais e a crescente pressão da sociedade por mudanças, a sustentabilidade passou a ser uma pauta central nas discussões políticas”. Nesse cenário, aconteceu em 1972 a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo, primeiro grande evento internacional com foco em meio ambiente e um dos mais importantes da história para o tema da sustentabilidade. Esse evento influenciou as primeiras discussões sobre sustentabilidade na administração pública, levando os governos a considerarem o impacto ambiental de suas políticas e práticas.

Segundo Shewhart (1980, p. 223), “um marco importante na administração pública brasileira foi a criação do Ministério do Meio Ambiente (MMA), em 1985”. O MMA foi criado com o objetivo de formular políticas públicas para a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável, colocando o Brasil como pioneiro na implementação de medidas governamentais voltadas para a sustentabilidade.

Ao longo da década de 1990 houve um crescimento da preocupação global com o meio ambiente, e a sustentabilidade foi se tornando cada vez mais presente na agenda da administração pública. Foi nessa época, em 1992, que ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Cnumad) conhecida como Eco-92, no Rio de Janeiro. Como resultado da conferência, foi criada a Agenda 21, que estabeleceu diretrizes para o desenvolvimento sustentável em nível global (Durand; Copinschi, 2019, p. 47). Desde então, a administração pública começou a incorporar gradualmente conceitos de desenvolvimento sustentável em suas políticas e programas.

A partir dos anos 2000, houve um aumento na adoção de estratégias de sustentabilidade por parte dos governos, com a criação de agendas e planos de ação específicos para promover a sustentabilidade na administração pública. Isso incluiu iniciativas como a implementação de práticas de compras sustentáveis, a redução do consumo de energia e água em instalações governamentais e a integração de critérios ambientais nas decisões de planejamento urbano.

Vale ressaltar, como discorre Viterbo Junior (1988, p. 129), que “as ações do Estado em prol da sustentabilidade não se limitam apenas às questões ambientais, mas também englobam aspectos sociais e econômicos”.

No contexto atual, podemos citar a criação, pela Organização das Nações Unidas, em 2015, da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que estabelece 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) a serem alcançados pelos países-membros até 2030. Entre os pilares da Agenda 2030 está a atuação do setor público no alcance desses objetivos.

Observa-se, assim, uma maior formalização e institucionalização da sustentabilidade na administração pública, com a criação de órgãos e estruturas dedicadas exclusivamente a essa área. Além de uma crescente ênfase na transparência e responsabilização, com governos sendo cobrados por seus compromissos com a sustentabilidade e pelos resultados alcançados.

Conclui-se, portanto, que ao longo das décadas, o tema da sustentabilidade na administração pública passou por uma jornada de conscientização, integração e amadurecimento, refletindo a evolução do pensamento global sobre desenvolvimento sustentável e a necessidade de ação governamental para enfrentar os desafios ambientais e sociais.

3.3 Importância da sustentabilidade na administração pública

A evolução da sustentabilidade na administração pública reflete a crescente preocupação com questões ambientais, econômicas e sociais. Para Seiffert (2011, p. 25), a sustentabilidade é definida como a “capacidade de um sistema, seja ele econômico, social ou ambiental, de se manter em equilíbrio, garantindo benefícios para as gerações presentes e futuras”. A atuação do governo é essencial para assegurar que as ações realizadas no presente sejam compatíveis com o bem-estar das gerações futuras.

A administração pública desempenha um papel fundamental na promoção da sustentabilidade, por meio da criação e implementação de políticas e programas. O papel da administração pública é fundamental para a preservação do meio ambiente e a promoção da sustentabilidade, influenciando diretamente as ações da sociedade e das empresas.

Entre as ações que o governo pode tomar para promover a sustentabilidade estão a elaboração de políticas de incentivo à preservação ambiental, a promoção da educação ambiental e a criação de leis e regulamentações que garantam a proteção do meio ambiente. A sustentabilidade também engloba dimensões social e econômica, e a administração pública deve buscar o equilíbrio entre esses aspectos.

A gestão dos resíduos sólidos é uma questão-chave para a sustentabilidade, exigindo a implementação de políticas de reciclagem e o fomento à economia circular. A adoção de práticas sustentáveis pode resultar em economia de recursos, tanto financeiros quanto naturais, além de influenciar outros setores a seguirem a mesma conduta.

A sustentabilidade na administração pública, portanto, é crucial para garantir um futuro mais sustentável para as próximas gerações. É necessário um esforço conjunto da sociedade e do governo para promover políticas que contribuam para a preservação do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida da população.

3.4 Legislação aplicável à sustentabilidade na administração pública

A legislação aplicável à sustentabilidade na administração pública tem um papel fundamental na proteção do meio ambiente e na promoção de uma gestão ambiental responsável. Por meio de leis, normas e regulamentos, a administração pública é orientada e incentivada a adotar práticas sustentáveis, influenciando positivamente a sociedade e contribuindo para o desenvolvimento sustentável. No entanto, é necessário que a legislação esteja em constante evolução e seja acompanhada por mudanças culturais para que os princípios da sustentabilidade sejam de fato incorporados nas práticas da administração pública.

A legislação brasileira dispõe de instrumentos legais que regulam, entre outros assuntos, a responsabilidade ambiental e o desenvolvimento sustentável nas organizações brasileiras.

Vale citar o art. 225 da Constituição Federal de 1988 (CF/88), o qual dispõe que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (Brasil, 1988).

No Brasil, são diversas as leis voltadas à sustentabilidade. O Quadro 4 apresenta uma breve descrição dos principais normativos.

Quadro 3 – Normativos relacionados aos princípios e diretrizes sustentáveis

Denominação	Descrição
Lei n.º 6.938/1981	Institui a Política Nacional de Meio Ambiente.
Lei n.º 8.666/1993	Institui normas para licitações e contratos.
IN n.º 205/1998-Sedap	Orientações para inventários de bens móveis.
Lei n.º 9.795/1999	Institui a Política Nacional de Educação Ambiental.
RDC n.º 306/2004–Anvisa	Regulamento técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.
ABNT NBR ISO 14001/2004	Sistema de Gestão Ambiental.
Decreto-Lei n.º 5.940/2006	Institui a separação de resíduos recicláveis descartados por órgãos públicos e sua destinação à cooperativa de catadores.
ABNT NBR ISO 14004/2006	Diretrizes para o Sistema de Gestão Ambiental.
Lei n.º 11.445/2007	Política Nacional de Saneamento Básico.
Lei n.º 12.305/2010	Política Nacional de Resíduos Sólidos.
Decreto-Lei n.º 7.404/2010	Regulamenta a Lei n.º 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos.
ABNT NBR ISO 26000/2010	Diretrizes sobre responsabilidade social.
Lei n.º 12.349/2010	Altera o art. 3.º da Lei n.º 8.666/1993 com a inclusão da promoção do desenvolvimento nacional sustentável como objetivo das licitações.
IN n.º 1/2010-SLTI/MP	Dispõe acerca de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela administração pública federal.
Recomendação Conama n.º 12/2011	Indica aos órgãos e entidades do Sistema Nacional do Meio Ambiente a adoção de normas e padrões de sustentabilidade.
Decreto 7.746/2012	Regulamenta o art. 3.º da Lei n.º 8.666/1993 – promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações.
IN n.º 10/2012-SLTI/MP	Regras para elaboração do PLS que trata o Decreto n.º 7.746/2012.
PEG	Programa de Eficiência do Gasto.
Procel	Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.
CSS	Coleta seletiva solidária.
CPS	Contratações públicas sustentáveis.
Agenda 21	Instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis.
A3P	Agenda Ambiental na Administração Pública.
PES	Projeto Esplanada Sustentável.
GRI	Global Reporting Initiative – Estrutura de Relatórios de Sustentabilidade.
Ethos	Indicadores de Responsabilidade Social Empresarial.

Denominação	Descrição
Ibase	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – Modelo de Balanço Social.
DJSI	Índice de Sustentabilidade Dow Jones.
Aishe	Assessment Instrument for Sustainability in Higher Education – Instrumento de Auditoria para Sustentabilidade na Educação Superior.
EFQM/EFQM-INK/EFQM-HE	Dispõe acerca de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal

Fonte: Sousa (2014).

3.5 Agenda ambiental na administração pública (A3P)

Em 1999, o Governo Federal idealizou a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), mas somente dois anos depois foi oficialmente criado o programa, como um projeto do Ministério do Meio Ambiente (MMA). A intenção era promover a revisão dos padrões de produção e consumo e a adoção de novos referenciais de sustentabilidade ambiental nas instituições da administração pública, com o objetivo de sensibilizar os gestores públicos para a importância das questões ambientais, a fim de estimular a incorporação de princípios e critérios de gestão ambiental em suas diversas atividades (Brasil, 2009).

De acordo com o *hotsite* do A3P,² a Agenda Ambiental na Administração Pública oferece condições para que a administração pública, em todas as instâncias de governo – seja na esfera federal, estadual ou municipal –, reflita, debata, e, por fim, adote iniciativas visando a sustentabilidade. Sua intenção é promover a adesão dos entes subnacionais para que a administração pública implemente uma política de responsabilidade socioambiental na forma de programas e projetos adequados a cada instituição pública.

De acordo com as orientações do programa, uma boa prática para iniciar o processo de implantação do PLS é consultar a cartilha de implementação da A3P.³ Isso porque, como consta na IN n.º 10, a Agenda Ambiental na Administração Pública é um dos programas referenciais do Plano de Logística Sustentável – PLS (Brasil, 2009).

Para garantir o uso racional dos recursos necessários à execução de sua função final e assegurar o bem-estar social, a A3P sugere que administração pública trabalhe com base no conceito dos três “Es”: eficiência, eficácia e efetividade. Como mencionado por Valarelli (s.d., p. 5):

Eficiência diz respeito à boa utilização dos recursos (financeiros, materiais e humanos) em relação às atividades e resultados atingidos. [...] Eficácia observa se as ações do projeto permitiram alcançar os resultados previstos. [...] Efetividade examina

² Disponível em: <http://a3p.mma.gov.br/>

³ Disponível em: <https://www.gov.br/ana/pt-br/todos-os-documentos-do-portal/documentos-cosus/arquivos/cartilhaa3pintermediarialaranja1aeducacao.pdf>

em que medida os resultados do projeto, em termos de benefícios ou mudanças gerados, estão incorporados de modo permanente à realidade da população atingida.

O principal desafio da A3P é promover a responsabilidade socioambiental como política governamental, promovendo a integração da agenda de crescimento econômico juntamente com o desenvolvimento sustentável, por meio da inclusão dos princípios e práticas de sustentabilidade socioambiental no âmbito das instituições públicas.

A A3P está centrada em seis eixos temáticos que são a essência de atuação da agenda ambiental e direcionam os projetos a serem implantados e as atividades que devem ser exercidas. Esses eixos estabelecem os espaços em que a instituição pública pode consolidar as diretrizes socioambientais da A3P, conforme disposto no Quadro 5.

Quadro 4 – Eixos temáticos da A3P

Eixos temáticos (A3P)	Definição
Uso racional dos recursos naturais e bens públicos	Usar racionalmente os recursos naturais e bens públicos implica em usá-los de forma econômica e racional evitando o seu desperdício. Este eixo engloba o uso racional de energia, água e madeira além do consumo de papel, copos plásticos e outros materiais de expediente.
Gestão adequada dos resíduos gerados	Prevê a prevenção e a redução na geração de resíduos, tendo como proposta a prática de hábitos de consumo sustentável e um conjunto de instrumentos para propiciar o aumento da reciclagem e da reutilização dos resíduos sólidos (aquilo que tem valor econômico e pode ser reciclado ou reaproveitado) e a destinação ambientalmente adequada dos rejeitos (aquilo que não pode ser reciclado ou reutilizado).
Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho	A qualidade de vida no ambiente de trabalho visa facilitar e satisfazer as necessidades do trabalhador ao desenvolver suas atividades na organização através de ações para o desenvolvimento pessoal e profissional.
Sensibilização e Capacitação dos Servidores	A sensibilização busca criar e consolidar a consciência cidadã da responsabilidade socioambiental nos servidores. O processo de capacitação contribui para o desenvolvimento de competências institucionais e individuais fornecendo oportunidade para os servidores desenvolverem atitudes para um melhor desempenho de suas atividades.
Licitações Sustentáveis	A administração pública deve promover a responsabilidade socioambiental das suas compras. Licitações que levem à aquisição de produtos e serviços sustentáveis são importantes não só para a conservação do meio ambiente, mas também apresentam uma melhor relação custo/benefício a médio ou longo prazo quando comparadas às que se valem do critério de menor preço
Construções Sustentáveis	Denomina um conjunto de medidas adotadas durante todas as etapas da obra que visam a sustentabilidade da edificação. Através da adoção dessas medidas é possível minimizar os impactos negativos sobre o meio ambiente além de promover a economia dos recursos naturais e a melhoria na qualidade de vida dos seus ocupantes.

Fonte: Brasil (2016, p. 10-11).

De acordo com o MMA (Brasil, 2016), a A3P retrata o interesse da sociedade, ao contribuir com a melhoria da eficiência da administração pública, com menos gastos e menor impacto sobre o meio ambiente.

A A3P foi desenvolvida sob os pilares da Agenda 21, elaborada na Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em 1992, no Rio de Janeiro, conhecida como Eco-92, sendo posteriormente ratificada na Declaração de Johannesburgo.

As diretrizes da A3P se fundamentam nas recomendações do Capítulo IV da Agenda 21, que indica aos países o estabelecimento de programas voltados ao exame dos padrões insustentáveis de produção e consumo e o desenvolvimento de políticas e estratégias nacionais de estímulo a mudanças nos padrões insustentáveis de consumo (Brasil, 2016).

Apesar da importância que a A3P representa, ela não tem um caráter obrigatório aos órgãos públicos e sim de incentivo, sugerindo que implementem uma agenda que favoreça condutas socioambientais.

Alinhando as diretrizes de sustentabilidade para sua atuação, o governo brasileiro estabeleceu critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal. Por meio do Decreto n.º 7.746, de 5 de junho de 2012 (Brasil, 2012), foi criado o Plano de Logística Sustentável (PLS), que será abordado mais detalhadamente adiante.

3.6 Indicadores de sustentabilidade

Como o estudo aborda um modelo de indicadores de gestão de sustentabilidade, mostra-se relevante definir o que é considerado indicador, o que ele deveria conter e qual sua utilidade para os pesquisadores. A origem da palavra “indicador” vem do verbo em latim *indicare*, cujo significado é “apontar”. Já na língua portuguesa o termo significa: que indica, torna-se patente, revela, propõe, sugere, expõe, menciona, aconselha, lembra (Deponti; Eckert; Azambuja, 2002, p. 44-45). Mitchell (1996), no âmbito do desenvolvimento sustentável, conceitua indicador como “uma ferramenta que permite a obtenção de informações sobre uma dada realidade”.

Para Jannuzzi (2006, p. 15), o indicador

é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou pragmático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma.[...] os indicadores sociais se prestam a subsidiar as atividades de planejamento público e formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo

Desse modo, além de operacionalizar, o indicador também pode e deve ser utilizado para a melhoria de processos. A visualização e gestão dos indicadores permitem a avaliação de um quadro e a adoção de ações de resolução quando algum problema é identificado (Tayra; Ribeiro, 2005). O levantamento de um indicador deve ser resultado de um trabalho criterioso, para que não sejam equivocadamente utilizados descritores (que são medidas qualitativas, genéricas e não mensuráveis), visto que apenas os indicadores são passíveis de quantificação e mensuração (Deponti; Eckert; Azambuja, 2002).

A sustentabilidade de um sistema só pode ser avaliada de forma adequada quando se considera as diferentes dimensões da questão, tais como aspectos econômicos, sociais e ambientais (Deponti; Eckert; Azambuja, 2002; Tayra; Ribeiro, 2006; Silva; Quelhas, 2006; Siche *et al.*, 2007).

O conceito de sustentabilidade é alvo de constante discussão e as dimensões envolvidas vêm sendo ampliadas nos últimos anos, levando à inclusão da cultura e do contexto em que a organização está inserida para uma adequada avaliação do fenômeno.

3.7 Instrumentos de gestão da sustentabilidade

Atualmente, a própria sociedade e o público consumidor esperam das instituições uma postura de responsabilidade social. Os sistemas de gestão de sustentabilidade constituem uma resposta a esse desejo por produtos e serviços fornecidos por empresas que se preocupam com a questão ambiental e, portanto, inserem estas práticas em suas estratégias de atuação. Essa demanda tem levado as empresas a buscarem cada vez mais o equilíbrio no plano econômico, social, ambiental, espacial e cultural.

Foi no contexto da Rio-92 que surgiu a proposta de se definir indicadores de desenvolvimento sustentável, que fossem capazes de mensurar, monitorar e avaliar o desenvolvimento em bases sustentáveis, considerando os aspectos ambientais, econômicos, sociais, éticos e culturais envolvidos (Silva, 2006).

A complexidade do fenômeno exige o desenvolvimento de ferramentas capazes de mensurar a sustentabilidade considerando esses diferentes fatores. De acordo com Bellen (2005, p. 193), a utilização de uma ferramenta que capture toda a complexidade do desenvolvimento, sem reduzir a significância de cada um dos escopos utilizados no sistema é um dos maiores desafios.

De acordo com Oliveira, Sarubbi e Rosa (2014, p. 10), uma empresa pode passar por várias etapas para implementação das ferramentas de gestão da sustentabilidade a fim de melhorar seu desempenho social, econômico e ambiental, bem como comunicar esse resultado

aos interessados internos ou externos. Nesse processo de incremento da performance, alguns passos que precisam ser observados referem-se à adequação da visão, dos sistemas de gestão, de códigos e indicadores, além da realização de auditorias e elaboração de relatórios.

O Quadro 6 apresenta as principais normas, ferramentas de gestão e índices de sustentabilidade que vem sendo utilizados na implantação de políticas públicas ambientais.

Quadro 5 – Normas, ferramentas de gestão e índices de sustentabilidade

Instrumento	Descrição
The British Standard (BS 7750)	É uma norma britânica, desenvolvida em 1991, que trata sobre o sistema de gestão ambiental com foco na aplicação da auditoria ambiental. A norma não estabelece requisitos específicos para o desempenho ambiental, apenas exige o cumprimento da legislação aplicável, com o compromisso de melhoria contínua, contribuindo para pôr em prática um sistema que é usado para descrever a gestão ambiental da empresa, avaliar sua performance, e definir políticas, práticas, objetivos e metas. Com foco direcionado para a auditoria ambiental, a norma determina que o sistema de gestão ambiental deve ser auditado internamente e avaliado numa base regular pré-determinada.
The International Organization for Standardization (ISO)	Trata-se da confederação internacional dos órgãos nacionais de normatização. Como consequência dos impactos ambientais gerados pelo desenvolvimento industrial e econômico no mundo, formou o Comitê Técnico de Meio Ambiente da ISO, em 1994, para desenvolver uma norma ambiental internacional. Assim, surge a série ISO 14000, que normatiza para a certificação ambiental, e ao decorrer dos anos vem desenvolvendo um conjunto de normas relativas à questão ambiental.
Accountability A1000	Foi o primeiro padrão internacional para gestão da responsabilidade socioambiental, lançada em 1999 pelo Institute of Social and Ethical Accountability (Isea), uma ONG sediada em Londres. A norma AA1000 é baseada em princípios para promover a responsabilidade das organizações para o desenvolvimento sustentável, garantindo assim a qualidade da contabilidade social e ética da auditoria e dos relatórios.
Pacto Global	Foi idealizado pelas Nações Unidas e lançado em 2000 com a missão de avançar na prática da responsabilidade corporativa global. O Pacto Global é uma iniciativa voluntária para as empresas comprometidas em alinhar suas operações e estratégias aos dez princípios universalmente aceitos em quatro áreas: direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção.
Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI)	Lançado em 1999, o índice DJSI é o primeiro índice global de monitoramento do desempenho financeiro das principais empresas orientadas à sustentabilidade.
Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)	Índice criado pela Bovespa em 2005 com o objetivo de atuar como promotor de boas práticas no meio empresarial brasileiro. Combina análise de questões ambientais, sociais, econômicas e de governança corporativa com o intuito de maximizar o retorno ao acionista.
Indicadores do Instituto Ethos	Ferramenta de gestão direcionada ao diagnóstico e planejamento das práticas de responsabilidade social empresarial. Os indicadores Ethos estão disponíveis desde 2000 e são atualizados ao longo dos anos.
Global Reporting Initiative (GRI)	Trata-se de uma organização sem fins lucrativos, fundada em 1997, para promover a sustentabilidade econômica, social e ambiental, oferecendo às organizações uma estrutura para confecção de relatórios de sustentabilidade. O objetivo da organização é padronizar os relatos de sustentabilidade. As diretrizes do GRI são altamente disseminadas e aceitas em todo o mundo, sendo consideradas padrão de referência em diversos setores da economia.

Fonte: Luiz (2014, p. 38).

3.8 Plano de Logística Sustentável da Polícia Civil do Distrito Federal

A Portaria n.º 52, de 19 de maio de 2020 (Distrito Federal, 2020a), institui o Plano de Logística Sustentável e a Política de Responsabilidade Socioambiental na PCDF, iniciativas alinhadas à Lei Federal n.º 12.305/2010, que versa sobre a política nacional de resíduos sólidos, às Leis Distritais n.ºs 4.792/2012, 5.418/2014 e 5.610/2016, as quais dispõem, respectivamente, acerca da separação e destinação de resíduos recicláveis descartados por órgãos do Governo do Distrito Federal, política de resíduos sólidos e responsabilidade dos grandes geradores de resíduos sólidos no Distrito Federal.

A Portaria n.º 52/2020 também descreveu como princípios da política de responsabilidade socioambiental da PCDF: a eficiência, a acessibilidade, o uso racional de recursos e bens, a responsabilidade pela gestão de resíduos, a inovação, a melhoria contínua dos processos e a concepção ampla do meio ambiente.

A PCDF, como decorrência da adoção da política de responsabilidade socioambiental e do PLS aderiu, por meio de Termo firmado com o Ministério de Meio ambiente, à agenda A3P, consolidado em 13 objetivos, destacando-se a otimização dos processos e práticas visando a eficiência energética e o uso racional dos insumos, como água, papel, energia elétrica e combustíveis.

Vale enfatizar que o PLS/PCDF foi criado em meio à pandemia, o que acabou por ensejar sua extensão até o primeiro semestre de 2021, diante da dificuldade existente para a realização de um diagnóstico inicial naquele cenário.

O PLS/PCDF (Distrito Federal, 2020b) foi estruturado em seis eixos de atuação, sendo que os eixos 1 e 2 foram distribuídos por temas:

- Eixo 1 – Uso racional dos recursos naturais e bens públicos;
 - Copo descartável, papel, energia, água, mobilidade
- Eixo 2 – Gestão adequada de resíduos sólidos;
 - Coleta seletiva, resíduo perigoso, resíduo eletrônico e resíduo de serviço de saúde
- Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- Eixo 4 – Compras públicas sustentáveis;
- Eixo 5 – Construções sustentáveis;
- Eixo 6 – Sensibilização e capacitação de servidores.

Embora o PLS tenha sido instituído em 2020, desde 2016 relevantes ações de sustentabilidade já vinham sendo realizadas na PCDF, como o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, de responsabilidade do Instituto de Medicina Legal (IML/PCDF), o qual

sempre foi periodicamente atualizado, sobretudo com a adoção do Plano de Logística Sustentável.

Em sua primeira versão, o PLS foi iniciado pelo Eixo I, que incluía análise de gastos e consumo de copo descartável, papel, energia, água e mobilidade.

Na oportunidade, foram estabelecidos como indicadores de energia: consumo de energia elétrica, índice de eficiência do ar condicionado, número de lâmpadas fluorescentes substituídas por LED e gasto com energia elétrica. Por sua vez, foram estabelecidos como indicadores de água: volume de água utilizada em m³, gasto com a conta total de água e número de hidrômetros individualizados para controle do consumo, sendo que estes indicadores foram levantados nos anos de 2018, 2019 e 2020 no período de janeiro a abril. Ainda para este Eixo 1, foram definidas ações relacionadas à redução de consumo de combustível.

Nessa mesma linha, foram fixadas ações para os demais eixos: Eixo 2, ações voltadas para coleta seletiva e destinação de resíduos perigosos, eletrônicos e de serviço de saúde; Eixo 3, ações e indicadores relacionadas à qualidade de vida no ambiente do trabalho; Eixo 4, ações para aumentar o percentual de compras e contratações com critérios ambientais; Eixo 5, ações para proporcionar melhoria contínua das construções sustentáveis; e, por fim, Eixo 6, fomentar práticas sustentáveis entre os servidores por intermédio de capacitação e conscientização.

Encerrado o prazo da primeira versão, não obstante terem sido alcançados importantes avanços, foi necessária uma revisão, levando à edição de uma segunda versão do PLS, com vigência para o período de 2021 a 2022 (Distrito Federal, 2021b), a qual foi prorrogada até 31/12/2024, oportunidade em que foram promovidas adequações e o cancelamento de algumas ações com o escopo de realinhamento à realidade institucional.

O plano previa que os resultados aferidos fossem publicados anualmente no *site* da PCDF, bem como, ao final de cada ano, apresentado o respectivo relatório de acompanhamento para avaliar a execução das respectivas ações, reforçando o compromisso com o princípio da transparência e eficiência na administração pública.

No tocante à redução de energia elétrica, foram mantidos os mesmos indicadores, sendo que três ações foram concluídas e as demais passaram por readequações. Já para a água, foram mantidos os mesmos indicadores, porém apenas uma das três ações previstas foi concluída.

Também foram reduzidas as ações nos demais temas dos Eixos 1 e 2. Os demais eixos sofreram maiores reformulações. Por fim, foi apresentado um quadro de ações pendentes para conclusão até o final do ano de 2024, bem como um quadro com as ações canceladas e as respectivas justificativas.

3.8.1 Indicadores do Plano de Logística Sustentável da PCDF

Serão apresentados aqui os indicadores vigentes após a revisão do PLS. O primeiro eixo do PLS é voltado para o uso racional dos recursos naturais e bens públicos. Desse modo, o órgão busca minimizar o impacto ambiental de suas atividades, promovendo o uso eficiente dos recursos naturais e materiais, bem como a redução do consumo de energia, água e papel.

Uma das ações adotadas pela PCDF foi a implantação de medidas de economia de água, por meio da instalação de torneiras com fechamento automático, vasos sanitários com caixa acoplada e também a conscientização dos servidores para não desperdiçarem esse recurso tão importante para a vida.

As tabelas e quadros a seguir apresentam a situação dos indicadores registrada no PLS.⁴

Tabela 1 – Indicadores para copos descartáveis

ID	Indicadores para copos descartáveis	2018	2019	2020
I1	Consumo de copos plásticos descartáveis de 200 ml (pct)	16.998	15.528	8.609
I2	Consumo de copos plásticos descartáveis de 50 ml (pct)	-	1.442	5.793
I3	Gasto com copos plásticos descartáveis de 200 ml (pct)	17.190,00	32.000,00	47.430,00
I4	Gasto com copos plásticos descartáveis de 50 ml (pct)	-	120,16	8.998,00

Fonte: Distrito Federal (2021b).

Quadro 6 – Ações previstas para redução dos copos descartáveis

ID	Ações previstas	Responsável	Status
A1	Aquisição de garrafas (<i>squeeze</i>) e canecas não descartáveis para uso dos servidores ativos (ETP e TR prontos, processo suspenso). * Projeto confeccionado pela Diplane e apresentado ao Comitê Interno de Governança (CIG) para validação.	CIG ⁵	Suspenso
A2	Ajustar a rotina de distribuição de copos descartáveis. * Depende da ação A1, que está suspensa.	DAG ⁶	Suspenso
A3	Substituição dos copos de plástico descartáveis ainda indispensáveis por copos descartáveis biodegradáveis, em atendimento a Lei Distrital n.º 6266/2019. * Embora o consumo de copos tenha diminuído, o custo da aquisição dos materiais biodegradáveis é mais alto.	DAG	Concluído

Fonte: Distrito Federal (2021b).

Tabela 2 – Indicadores para papel

ID	Indicadores para papel	2018	2019	2020
I5	Consumo de papel branco (resmas)	30.249	30.211	23.407
I6	Gasto com aquisição de papel A4 branco (R\$)	387.900,00	353.375,00	289.199,04
I7	Quantidade de páginas impressas (total)	14.703.713	15.529.712	17.133.148
I8	Valor anual gasto com impressão (R\$)	1.094.587,96	1.386.234,00	2.749.773,04

Fonte: Distrito Federal (2021b).

⁴ Para melhor compreensão acerca dos responsáveis indicados, ver o organograma da PCDF no Anexo A.

⁵ Comitê Interno de Governança.

⁶ Departamento de Administração Geral.

Quadro 7 – Ações previstas para redução o consumo de papel A4

ID	Ações previstas	Responsável	Status
A4	Configurar, a cada 2 meses, as impressoras para impressão em frente-verso, preto/branco	DGI ⁷	Concluído
A5	Instalação de secadores de mão automáticos para os postos de identificação. (Em estudo pelo Instituto de Identificação II/DPT)	DPT ⁸	Suspensão
A6	Propor novo modelo de registro de ponto	GABDG ⁹	Em andamento
A7	Propor novo modelo de marcação e alteração de férias	DGI	A iniciar
A8	Criar pastas digitais compartilhadas para armazenamento e edição de relatórios, sem necessidade de 1ª impressão para validação da chefia imediata	DGI	Concluído
A9	Propor novo modelo de fluxo de tramitação de ocorrências, diminuindo quantidade de impressões	DGI	Em andamento

Fonte: Distrito Federal (2021b).

Tabela 3 – Indicadores para o consumo de energia

ID	Indicadores para energia	2018	2019	2020
I9	Consumo de energia elétrica (kwh)	8.210.441	9.109.253	8.106.425
I10	Índice de ar condicionado eficiente (%) (nº de aparelhos com selo A / nº total de aparelhos)*100	68,59%	78,05%	83,89%
I11	Número de lâmpadas fluorescentes aguardando troca por lâmpadas de LED	24.420	15.653	14.493
I12	Gasto com energia elétrica (R\$)	5.382.334,09	6.659.54,74	5.354.817,43

Fonte: Distrito Federal (2021b).

Quadro 8 – Ações previstas para redução do consumo de energia

ID	Ações previstas	Responsável	Status
A10	Mapear necessidades, apresentar projeto para aquisição e instalar sensores de presença / fotocélula em locais apropriados	DAG	Concluído
A11	Mapear e substituir progressivamente as luminárias fluorescentes por luminárias de LED	DAG	Em andamento
A12	Mapear quantitativo em operação e necessidades de ar condicionado com projeto para aquisição de modelos econômicos. (Em 2021 a PCDF finalizou a troca de todos os aparelhos de ar condicionado de janela por aparelhos econômicos <i>split inverter</i> e climatizou os plantões e alojamentos)	DAG	Concluído
A14	Configurar os computadores para desligamento do monitor com 15 minutos de inatividade	DGI	Concluído
A15	Adquirir e instalar sistema de placas fotovoltaicas	DAG	Em andamento

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 4 – Indicadores para o consumo de água

ID	Indicadores para água	2018	2019	2020
I13	Volume de água utilizada (m³)	65.535	75.239	65.983
I14	Gasto com água (R\$)	1.432.819,15	1.728.578,47	1.777.991,22
I15	Número de hidrômetros individualizados para controle do consumo de água (nº)	59	47	49

Fonte: Distrito Federal (2021b).

⁷ Departamento de Inteligência, Tecnologia e Gestão da Informação.

⁸ Departamento de Polícia Técnica.

⁹ Gabinete do Delegado Geral.

Quadro 9 – Ações previstas para redução do consumo de água

ID	Ações previstas	Responsável	Status
A15	Mapear necessidade de torneiras com temporizadores e apresentar projeto para aquisição. * Foram substituídas 240 torneiras e as demais serão de acordo com a inutilização das atuais.	DAG	Concluído

Fonte: Distrito Federal (2021b).

Tabela 5 – Indicadores para transporte terrestre e aéreo

ID	Indicadores para transporte terrestre e aéreo	2018	2019	2020
I16	Frota total (unidades)	1.445	1.576	1.642
I17	Quilometragem percorrida (Km)	19.241.487	19.618.320	20.844.017
I18	Consumo de Gasolina (litros)	1.669.210,92	1.753.379,28	1.542.765,41
I19	Gasto com gasolina (R\$)	7.505.466,64	7.711.557,11	6.848.404,14
I20	Consumo de diesel (litros)	277.533,23	226.191,64	256.317,32
I21	Gasto com diesel (R\$)	1.025.947,05	863.587,50	979.744,73
I22	Consumo de QAV (litros)	93.523,00	113.207,00	83.755
I23	Gasto com QAV (R\$)	557.556,56	770.870,70	594.660,10
I24	Gasto com passagens aéreas nacionais (R\$)	906.316,77	917.422,90	537.026,56
I25	Gasto com passagens aéreas internacionais (R\$)	108.341,93	51.733,41	9.658,34

Fonte: Distrito Federal (2021b).

Quadro 10 – Ações previstas para redução do consumo de combustível

ID	Ações previstas	Responsável	Status
A16	Constante monitoramento e análise do consumo em busca de novas estratégias e melhoria de processos de trabalho que promovam a redução.	Todas as unidades	Em andamento

Fonte: Distrito Federal (2021b).

Além disso, a PCDF também se preocupa com a gestão dos resíduos de serviços de saúde, que são gerados em suas unidades policiais e em períodos de operações especiais. Esses resíduos possuem alto potencial de contaminação e devem ser manuseados e descartados de forma adequada, seguindo normas e legislações específicas para essa finalidade. A PCDF adota medidas rigorosas para garantir que esses resíduos sejam tratados e destinados adequadamente, evitando possíveis impactos negativos ao meio ambiente e à saúde pública.

Tabela 6 – Indicadores de coleta seletiva

ID	Indicadores de coleta seletiva	2018	2019	2020
I26	Total de material reciclável destinado à coleta seletiva (SLU) sacos de 100 litros	-	-	-
I27	Total de resíduos orgânicos e rejeitos (SLU) sacos de 100 litros	-	-	-

Fonte: Distrito Federal (2021b).

Quadro 11 – Ações previstas para implantar a coleta seletiva solidária

ID	Ações previstas	Responsável	Status
A17	Mapear a localização atual das trituradoras de papel da PCDF, fornecendo o estado atual (funcionando ou com defeito).	GABDG	Concluído
A18	Apresentar projeto para manutenção das trituradoras (foi contratada empresa de manutenção, contrato em execução)	DAG	Concluído
A19	Adquirir novas trituradoras de papel. (Projeto apresentado pela Diplane, licitação já realizada, aguardando entrega)	DAG	Em andamento
A20	Firmar parceria com cooperativas para destinação final adequada de papel. (Firmada parceria com SLU, que por sua vez destina o material às cooperativas)	GABDG	Concluído
A21	Firmar parceria com cooperativas para destinação final adequada de plástico. (Firmada parceria com SLU, que por sua vez destina o material às cooperativas)	GABDG	Concluído
A22	Levantamento para aquisição de contêineres e lixeiras.	GABDG	Concluído
A23	Aquisição de contêineres e lixeiras apropriadas. (Adesão a ata de registro de preços do GDF)	DAG	Concluído
A24	Implementação dos indicadores, tendo em vista a cobrança trimestral a partir de 2022 por parte da Secretaria de Meio Ambiente – Sema/DF	GABDG	Concluído

Fonte: Distrito Federal (2021b).

Tabela 7 – Indicadores do descarte dos resíduos perigosos gerados

ID	Indicadores de resíduos sólidos	2018	2019	2020
I28	Quantidade de baterias automotivas usadas (kg)	4.800	4.800	4.855
I29	Quantidade de pneus descartada (unidades)	1.008	1.008	1.668
I30	Quantidade de óleo automotivo destinado à logística reversa (litros)	4.800	4.800	11.287
I31	Resíduos indiferenciados gerados – estopas, papelão e similares contaminadas com óleos, graxas etc. (kg)	-	-	43,66
I32	Resíduos indiferenciados - filtros secos (unidades)	-	-	1.075
I33	Resíduos indiferenciados úmidos descartados (ex: filtros de óleo e de combustível) (unidades)	-	-	2.264
I34	Embalagens plásticas e metálicas de fluidos, óleos e graxas (unidades)	-	-	11.592
I35	Quantidade de para-brisas e vidros automotivos descartada – logística reversa em operação (unidades)	-	-	14
I36	Quantidade de lâmpadas fluorescentes destinados à logística reversa (unidades)	-	-	1.160

Fonte: Distrito Federal (2021b).

Quadro 12 – Ações previstas para o descarte adequado dos resíduos perigosos

ID	Ações previstas	Responsável	Status
A25	Revisar e ajustar o PGRS e PGRSS * Realizado pelo DPT e pendente pela Policlínica	DGP	Em andamento
A26	Regularizar a logística reversa de lâmpadas fluorescentes inservíveis. (O contrato de manutenção vigente prevê que a empresa é a responsável pela destinação adequada desse resíduo)	DAG	Concluído
A27	Elaborar plano de gerenciamento de resíduos perigosos produzidos pela DITRAN, contemplando a logística reversa dos resíduos, conforme nota técnica nº 3/2021- GABDG/DICON	DAG	A iniciar
A28	Firmar parceria para destinação final adequada de pneu	DAG	A iniciar
A29	Firmar parceria para destinação final adequada de baterias	DAG	A iniciar
A30	Firmar parceria para destinação final adequada de óleo	DAG	Concluído
A31	Firmar parceria para destinação final adequada de embalagens de óleo	DAG	A iniciar
A32	Apresentar proposta de convênio com empresas especializadas para a coleta de lixo indiferenciado (contaminado/contaminante) produzido nas oficinas mecânicas da Ditrان	DAG	A iniciar

Fonte: Distrito Federal (2021b).

Tabela 8 – Indicadores do descarte dos resíduos eletrônicos

ID	Indicadores de resíduos eletrônicos	2018	2019	2020
I37	Descarte de computadores (un.)	-	-	5.042
I38	Descarte de aparelhos telefônicos e fax inutilizados (un.)	-	-	445
I39	Descarte de ar condicionado e outros eletrônicos (un.)	-	-	162

Fonte: Distrito Federal (2021b).

Quadro 13 – Ações previstas para o descarte adequado dos resíduos eletrônicos

Ações previstas
Não há ações previstas para esse tema, tendo em vista que os equipamentos eletrônicos baixados pela PCDF à DRM são doados para outros órgãos ou destinados ao depósito do GDF

Fonte: Distrito Federal (2021b).

O último eixo, sensibilização e capacitação, tem como objetivo conscientizar e engajar os servidores em práticas sustentáveis no cotidiano do trabalho. São promovidas campanhas educativas, treinamentos sobre boas práticas ambientais e de eficiência no uso de recursos, a fim de fomentar uma cultura sustentável dentro da instituição.

Quadro 14 – Ações previstas para o estabelecimento da qualidade de vida no ambiente de trabalho

ID		Ações previstas	Responsável	Status
Eixo 3	A33	Realizar estudo e análise sobre estação de trabalho ergonomicamente adequada	DGP	A iniciar

ID		Ações previstas	Responsável	Status
	A34	Apresentar plano para adequação das estações de trabalho	DGP	A iniciar
	A35	Promover campanhas de prevenção sobre uso de cigarro e abuso de álcool	DGP	A iniciar
	A36	Propor mudanças na estrutura física do órgão- acessibilidade e criar áreas comuns	DGP	Em andamento

Fonte: Distrito Federal (2021b).

Quadro 15 – Ações previstas para o estabelecimento das compras públicas

ID		Ações previstas	Responsável	Status
Eixo 4	A37	Normatizar pesquisa comparativa de preços entre produtos tradicionais e sustentáveis. (De acordo com a Portaria nº 51/2020 que instituiu a política de responsabilidade socioambiental na PCDF)	DAG	A iniciar

Fonte: Distrito Federal (2021b).

Quadro 16 – Ações previstas para o estabelecimento das construções sustentáveis

ID		Ações previstas	Responsável	Status
Eixo 5	A38	Elaborar plano de manutenção das unidades, incluindo os itens relacionados nos eixos e objetivos anteriores, tais como filtros, bebedouros, torneiras, ar condicionado e outros itens. (De acordo com Decreto Distrital nº 39.537/2018)	DAG	A iniciar

Fonte: Distrito Federal (2021b).

Quadro 17 – Ações previstas para o estabelecimento da qualidade de vida no ambiente de trabalho

ID		Ações previstas	Responsável	Status
Eixo 6	A39	Incluir a disciplina Sustentabilidade no Plano de Capacitação	ESPC	A iniciar
	A40	Promover campanhas para racionalização e consumo consciente de recursos naturais. * DIPLANE começou o trabalho com a divulgação de banners, cartazes e adesivos	Ascom	A iniciar

Fonte: Distrito Federal (2021b).

3.9 Índice de acompanhamento da sustentabilidade na administração pública

Observando o cenário de limitação de recursos e o avanço da consciência socioambiental em órgãos da administração pública federal, o Tribunal de Contas da União (TCU) realizou uma auditoria operacional, que resultou na elaboração de um relatório técnico intitulado *Auditoria em sustentabilidade na administração pública federal*. A auditoria teve por objetivo aferir a efetividade com que as ações de sustentabilidade estavam sendo

implementadas e gerenciadas na administração pública federal. Deste modo, O TCU aplicou um questionário eletrônico a 169 órgãos da administração pública federal dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de levantar informações complementares por meio de ofícios de requisição. O grau de adesão alcançado foi de 60%, com resposta de 101 órgãos e entidades. A partir dos levantamentos, restou demonstrado que mais da metade dos órgãos auditados possuía reduzido de planejamento das práticas de sustentabilidade (TCU, 2017).

Percebendo a ausência de critérios avaliativos para as ações de sustentabilidade por parte da administração pública, como resultado da auditoria, o TCU criou o índice de acompanhamento da sustentabilidade na administração (Iasa), cujo propósito foi exatamente verificar como se dava a promoção destas práticas, avaliando-se a adesão e aplicabilidade dos valores sustentáveis nas atividades cotidianas da administração pública e no incentivo à transparência e à eficiência na gestão, com vistas ao aperfeiçoamento dos serviços prestados à população (TCU, 2017).

O Iasa é composto por 11 eixos temáticos com distintos itens ao quais são atribuídas pontuações que podem variar entre 0 (zero) e 3 (três). O valor final do Iasa é obtido pela média aritmética simples dos valores obtidos nos onze eixos.

Quadro 18 – Eixos e composição do cálculo do Iasa

Nº	Indicador	Sigla
1	Plano de Logística Sustentável (PLS) – elaboração, implementação e monitoramento	PLS
2	Racionalização no uso de energia elétrica	Energia
3	Racionalização no uso de água	Água
4	Atendimento a requisitos de acessibilidade	Acessibilidade
5	Certificação de prédios públicos	IN2
6	Papel e processo eletrônico	Papel
7	Gestão de resíduos e coleta seletiva	CSS
8	Contratações Públicas sustentáveis	CPS
9	Mobilidade e gases de efeito estufa	MOB
10	Conscientização e capacitação	Capacitação
11	Adesão a programas de sustentabilidade	Programas
Fórmula para calcular o índice de acompanhamento da sustentabilidade – Iasa		
$IS = (PLS + Energia + Água + Acessibilidade + IN2 + Papel + CSS + CPS + MOB + Capacitação + Programas) / 11$		

Fonte: TCU (2017).

O Iasa permite classificar a implementação das medidas sustentáveis em três faixas: vermelha, amarela e verde. A faixa vermelha, possui pontuação entre 0 e 1, representando a faixa inferior, o que significa um grau insatisfatório de implementação e de gestão das ações de

sustentabilidade. Já a faixa amarela, com pontuação entre 1 e 2, corresponde à faixa intermediária, que reflete nível médio. Por fim, a faixa verde, com pontuação entre 2 e 3, definida como faixa superior, significa alto grau de implementação e de gestão (TCU, 2017). De acordo com o entendimento do TCU, órgãos bem avaliados possuem o Iasa na faixa verde, ou seja, com pontuação entre 2 e 3 (TCU, 2017).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O compromisso da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) com a temática ambiental antecede à normatização de sua política de responsabilidade socioambiental, à instituição do plano de logística sustentável e à adesão da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). O plano de gestão de resíduos, por exemplo, foi implementado antes dessas iniciativas; Estes instrumentos, deve-se destacar, criaram um espaço propício para o fortalecimento de uma cultura organizacional comprometida com a proteção ambiental. Nesta linha foi constituída uma Comissão Gestora do PLS e sua posterior inclusão no plano estratégico institucional, com o estabelecimento de objetivos, metas e indicadores e a definição de responsabilidades pelas ações a serem realizadas e respectivo monitoramento.

Os resultados aqui apresentados são decorrentes da aplicação do questionário aos integrantes da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável (CGPLS), conforme mencionado na seção de metodologia deste trabalho. A distribuição do questionário foi efetuada por meio da sua presidente ao responsável para correspondente área temática, o que permitiu alcançar a máxima adesão. As respostas fornecidas foram lastreadas em informações registradas em documentos oficiais, bem como dados técnicos e estatísticos publicizados nos *sites* da PCDF, reproduzindo a realidade experimentada pela PCDF no momento da formulação das respostas e, além disso, desprovidas de subjetividade ou percepção pessoal do respondente.

As subseções a seguir detalham os resultados obtidos para cada indicador, a partir das respostas fornecidas pelos integrantes da CPLS.

4.1 Indicador I1: Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) – elaboração, implementação e monitoramento

A avaliação proposta para este indicador diz respeito à existência de PLS contendo relatório de desempenho, a consolidação dos resultados alcançados, a evolução do desempenho dos indicadores estratégicos com foco socioambiental e econômico e a identificação das ações a serem desenvolvidas.

Outro ponto refere-se à conformidade com o Decreto n.º 7.746/2012 e as Resoluções n.º 201/2015 do CNJ e n.º 23.474/2016 do TSE. O Decreto n.º 7.746/2012 prevê que a administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes adotarão critérios e práticas sustentáveis nos instrumentos convocatórios na aquisição de bens e na contratação de serviços e obras de forma justificada, resguardando o

caráter competitivo do certame, bem como promovendo maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia.

A PCDF implementou o PLS por meio da Portaria n.º 52, de 19 de maio de 2020, definindo ações específicas para cada eixo temático. Sua elaboração foi resultado do trabalho de uma Comissão Gestora do PLS, instituída por meio da Portaria n.º 36, de 6 de abril de 2020, composta por servidores dos seguintes setores: Divisão de Planejamento Estratégico (DIPLANE/GABDG); Escola Superior de Polícia Civil (ESPC); Departamento de Inteligência e Gestão da Informação (DGI); Policlínica (DGP); Departamento de Polícia Técnica (DPT); Divisão da Arquitetura e Engenharia (DAE/DAG); Divisão de Recursos Materiais (DRM/DAG); Divisão de Transporte (DITRAN/DAG); e Comissão Permanente de Licitação (CPL/DAG), a qual ficou responsável pelo monitoramento, acompanhamento e implementação das respectivas ações.

Verificou-se também que o PLS integra o planejamento estratégico institucional, projetando o compromisso com a sustentabilidade para gestões futuras, não ficando, portanto, adstrito a ações episódicas ou por tempo certo, mas, ao revés, reflete estruturação, coordenação e, principalmente, implica obrigação para futuros gestores.

Observou-se que os diretores dos departamentos que compõem a alta gestão não integram a referida comissão, o que pode implicar pontos negativos e positivos. A presença dos diretores poderia fortalecer a sensibilização das unidades e respectivos servidores, considerando que, hierarquicamente, possuem poder de decisão. De outro lado, contudo, proporciona uma participação democrática, plural e com escolhas baseadas em conhecimentos técnicos específicos de cada temática. Cabe esclarecer que, embora não integrem a CPLS, os diretores de departamentos sempre são consultados e instados a se manifestar acerca das ações e readequações do PLS.

Com base nas seguintes constatações: existência de unidade, formalmente designada, responsável pelo planejamento, elaboração, implementação e acompanhamento de ações, conformidade ao Decreto 7.746/2012 e às Resoluções 201/2015 do CNJ e 23.474/2016 do TSE e não publicação dos resultados semestralmente no sítio da unidade na Internet, este indicador alcançou 2 pontos, encontrando-se na faixa amarela e no nível intermediário de gestão, conforme classificação do TCU.

4.2 Indicador I2: Racionalização no uso de energia elétrica

A avaliação deste indicador, para fins de pontuação do índice de acompanhamento da gestão de sustentabilidade, foi estruturada pelo TCU nos critérios de existência de esforços de

adequação da estrutura tarifária à demanda contratada em que o órgão se encontra enquadrado, boas práticas de medição e gestão de negociação com a concessionária distribuidora de energia elétrica e a utilização de mecanismos de produção de energia alternativa *in loco*, como energia eólica e painéis fotovoltaicos.

A PCDF, como verificado, possui contrato de prestação de serviço com a concessionária distribuidora de energia elétrica que prevê reajuste tarifário, para mais ou para menos, conforme adequação da demanda contratada.

A instituição possui um contrato anual (doze meses) com a empresa Neoenergia prorrogável por até 60 meses, em que foi adquirida determinada quantidade de quilowatt-hora (kWh), com base na média de consumo pelas unidades da instituição. Caso o consumo de energia elétrica seja inferior à demanda contratada, a instituição paga o valor acordado, caso seja acima do contratado, efetua-se o pagamento a mais correspondente à diferença consumida.

A Divisão Arquitetura e Engenharia (DAE), responsável pela gestão do contrato de energia elétrica, efetua monitoramento mensal da quantidade consumida por cada unidade da PCDF. Eventuais variações no consumo devem ser justificadas e, caso seja comprovada a efetiva necessidade de aumentar ou reduzir a quantidade de kWh, propõe-se uma readequação contratual ao prestador de serviços.

A segunda edição do PLS/PCDF (Distrito Federal, 2021b), prevê, como uma das ações relacionadas a esse tópico, a aquisição e instalação de sistema de placas fotovoltaicas. Essa ação está em curso, sendo que os painéis fotovoltaicos já foram instalados em algumas unidades.

A PCDF se encontra em processo de análise dos dados de produção de energia elétrica das placas fotovoltaicas, para, com base nessas informações, reajustar a demanda contratada. Contudo, não há estudos nem previsão para produção de energia eólica.

Considerando apenas as respostas ao questionário utilizado para obtenção do Iasa, a pontuação alcançada neste indicador foi de 3,0 pontos, encontrando-se na faixa verde e no nível avançado de gestão, conforme classificação do TCU.

Cabe mencionar, todavia, que alguns critérios utilizados para definição do perfil profissiográfico do órgão auditado, o TCU constantes da Portaria n.º 23, de 12 de fevereiro de 2015, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, não foram reproduzidos no questionário para a avaliação do Iasa.

Deste modo, importante ressaltar que boas práticas acerca do uso racional de energia elétrica fixadas pela Portaria n.º 23/2015 não foram verificadas na PCDF, conforme descrito no Quadro 19 a seguir. Caso considerados todos os critérios desta norma, o resultado da PCDF não estaria no grau tão avançado de gestão, mas ao contrário demonstraria um caminho longo a ser percorrido, uma

vez que ainda não conseguiu conscientizar os servidores e colaboradores da singela prática de desligamento dos equipamentos, estando o ambiente vazio ou fora do horário de expediente.

Quadro 19 – Resultados do indicador I2 em relação à Portaria n.º 23/2015

Recomendações da Portaria n.º 23/2015	Situação encontrada
Com relação à utilização de aparelhos de ar condicionado: 1. Desligar o aparelho quando o ambiente estiver desocupado; 2. Manter o aparelho desligado ou apenas ventilando nos dias frios ou no inverno; 3. Ao ligar o aparelho, manter as portas e janelas fechadas, evitando o desperdício do ar climatizado, e garantindo a circulação do ar; 4. Manter os filtros do aparelho limpos, para não prejudicar a circulação do ar; 5. Otimizar o uso do aparelho, evitando utilizá-lo após as 18h; e 6. Manter a regulagem dos termostatos do aparelho em 23°C ou em 50% do botão de giro do termostato.	Foram reportadas práticas inadequadas, como mantê-lo ligado com o ambiente vazio ou fora do horário de expediente (para que o ambiente esteja climatizado quando forem usar) ou, ainda, com portas e janelas abertas. O desempenho do ar condicionado em função da utilização inadequada (aparelho ligado no ambiente com janelas e portas abertas), muitas vezes, é percebido pelo servidor como ineficiência do equipamento (inclusive é pauta de reclamação junto à DAE/DAG). Cada aparelho de ar condicionado possui um controle, o que permite a cada servidor ajustar a regulagem do termostato do aparelho conforme sua preferência (item complexo de ser controlado). Acerca da manutenção do ar condicionado, a PCDF possui contrato com uma empresa responsável pela execução desse serviço. Quanto à manutenção/limpeza dos filtros, a PCDF tem uma empresa que presta tal serviço, basta que o servidor solicite junto à DAE que a empresa execute o serviço; porém, na prática, percebe-se lentidão no atendimento da requisição. Quanto ao horário de utilização, observa-se o uso após as 18h, horário em que muitas vezes o servidor já foi embora e deixou o ar condicionado ligado.
Com relação à utilização de lâmpadas e dos sistemas de iluminação: 1. Desligar as lâmpadas das salas que não estiverem em uso, principalmente nos horários de almoço e no encerramento do expediente; 2. Manter desligadas as lâmpadas das dependências desocupadas, bem como a iluminação ornamental interna e externa; 3. Reforçar a orientação aos servidores e às equipes de segurança e zeladoria para desligamento das lâmpadas e sistemas de iluminação ao final do horário de expediente de cada órgão ou entidade, observada a eventual necessidade de permanência de servidores nos respectivos ambientes de trabalho; 4. Evitar acender lâmpadas durante o dia, priorizando a utilização de luz natural, sempre que possível; 5. Reduzir a iluminação em áreas de circulação, pátios de estacionamento e garagens, desde que não prejudique a segurança nos locais; e 6. Providenciar a limpeza das lâmpadas e luminárias, de modo a permitir a reflexão máxima da luz e obter maior aproveitamento nos ambientes.	A PCDF iniciou o projeto de substituição das lâmpadas antigas por lâmpadas de maior potencial energético (LED), adquirindo 25.000 unidades. Possui contrato de manutenção predial que inclui a limpeza das lâmpadas e luminárias. Ademais estão sendo instalados sensores de presença para acionamento somente durante a utilização e, além disso, aproveitando-se da iluminação e ventilação naturais. Essas medidas buscam evitar que as luzes fiquem acesas todo o tempo, uma vez que ainda são observadas essas práticas. Contudo, urge que se invista em conscientização sobre a utilização apenas quando necessário e o desligamento das lâmpadas ao final do expediente.

Recomendações da Portaria n.º 23/2015	Situação encontrada
Sobre a utilização de computadores: 1. Programar o computador para entrar em modo de espera após cinco minutos sem uso; e 2. Desligar o monitor, a impressora, o estabilizador, a caixa de som, o microfone e outros acessórios, sempre que não estiverem em uso.	Seguindo o PLS/PCDF, o Departamento de Inteligência e Gestão da Informação realizou a configuração dos computadores para desligamento dos monitores após 15 (quinze) minutos de inatividade. Todavia a orientação de desligar os equipamentos, computadores, impressoras e estabilizadores precisa ser reforçada entre os servidores e colaboradores.
Sobre a utilização de geladeiras e freezers: 1. Evitar que as portas fiquem abertas sem necessidade; 2. Regular a temperatura dos equipamentos conforme a estação do ano e a capacidade utilizada; 3. Manter os equipamentos fora do alcance de raios solares ou de outras fontes de calor.	Considerando que grande parte desses equipamentos é destinada à atividade fim de polícia judiciária, como armazenamento e exames periciais de evidências, há um controle rigoroso da utilização e manutenção. Além dos equipamentos empregados em unidades específicas, para utilização na atividade fim, há aparelhos destinados ao uso ordinário nas demais unidades, cuja utilização pode ser aperfeiçoada com a regulação de temperatura de acordo com a estação ou clima. Esse mesmo cuidado se aplica à instalação dos equipamentos em espaço fora da incidência de raios solares e demais fontes de calor, o que tem sido projetado para as edificações mais novas.
Sobre a utilização de aquecedores (boilers): 1. Ajustar o termostato do equipamento de acordo com a temperatura ambiente; e 2. Ligar o aquecedor apenas durante o tempo necessário no ambiente desejado e colocar um temporizador para que essa função se torne automática.	A PCDF não faz uso e nem há previsão no Planejamento Estratégico da adoção desse dispositivo. A utilização do sistema demandaria mudança em toda a rede, o que implicaria em grandes gastos, inutilização de todo modelo operado, não representando vantagens sobre o aspecto do custo/benefício.
Sobre a utilização de elevadores: 1. Utilizar, sempre que possível, as escadas para os primeiros pavimentos e para subir ou descer poucos andares, evitando o uso dos elevadores; 2. Acionar apenas um elevador; e 3. Fazer o revezamento de elevadores, quando não prejudicar a eficiência do serviço.	As edificações da PCDF, em sua grande maioria, são térreas, mas não há recomendações de utilização para aquelas que possuem elevadores.
Sobre a utilização de bebedouros: 1. Desligar o equipamento no final do expediente.	A PCDF adota modelo de bebedouros que durante o uso evita desperdícios. Acerca do desligamento, a área técnica entende que o desligamento após o expediente demanda uma avaliação do custo/benefício tendo em conta a necessidade de substituição da água e risco de pane ao religar.

4.3 Indicador I3: Racionalização no uso de água

O TCU extraiu da Portaria MPOG n.º 23/2015, os seguintes critérios para avaliação desse indicador: adota boas práticas de gestão e medição do uso de água; efetua a verificação e a adequação da estrutura tarifária à demanda contratada em que se enquadra; realiza a coleta e aproveitamento de água da chuva.

Os resultados demonstraram que a PCDF possui hidrômetros individuais para o controle do consumo de água e plano de instalação de arejador nas torneiras antigas e/ou substituição imediata por torneiras automáticas, bem como a realização de manutenção predial frequente. Acerca da gestão junto à concessionária, possui um contrato anual (doze meses) com a

companhia distribuidora de água no Distrito Federal (Caesb), passível de renovação por até 60 meses, cujo pagamento é baseado no consumo efetivo e não no valor contratado.

O consumo da água é monitorado mensalmente por meio de planilhas elaboradas no Excel, tendo sido estimado um consumo médio por unidade. O controle é efetuado da seguinte forma: caso o consumo exceda em até 20%, o sistema sinaliza com a cor amarela; excedendo a 20%, sinaliza com a cor vermelha. Com essas informações, o gestor deve acionar o ponto focal da unidade para justificar a causa do aumento do consumo e, uma vez identificada, uma equipe técnica é acionada para visita ao local.

A PCDF possui sistema de coleta e aproveitamento da água da chuva em quatro delegacias (16ª DP, 15ª DP, 38ª DP e 35ª DP), sendo que estão em curso estudos de viabilidade para implementação em outras unidades.

As respostas foram afirmativas para as questões deste indicador, alcançando, portanto, pontuação máxima de 3,0 pontos e se colocando na faixa verde e no nível avançado de gestão, conforme classificação do TCU.

No caso da racionalização no consumo de água, ainda que considerados todos os critérios previstos na Portaria MPOG n.º 23/2015, a saber: implantação de sistemas de monitoramento do consumo e realização de inspeções periódicas em reservatórios e equipamentos hidráulicos; priorização de uso de dispositivos hidráulicos e aparelhos que reduzam o consumo de água; sinalização das áreas comuns dos edifícios públicos federais acerca do uso e consumo racional, substituição, quando possível, da vegetação de jardins e gramado por espécies resistentes à seca; definição de regras sobre periodicidade de irrigação de jardins e gramados e priorização da lavagem a seco de veículos e os já avaliados acima, a PCDF ainda estaria enquadrada no grau máximo de gestão, revelando significativos avanços e comprometimento com a pauta da sustentabilidade.

4.4 Indicador I4: Acessibilidade

Neste indicador cabe explicitar o critério adotado no questionário utilizado pelo TCU no Relatório de Auditoria – TC nº 006.615/2016-3. Na letra “D. Acessibilidade” ficou estabelecido que cada uma das 15 questões referentes à acessibilidade receberia a pontuação no valor de 0,2 (dois décimos), sempre que a resposta for no seguinte parâmetro: “atende em mais de 50% do edifício” (TCU, 2017, p. 97). Qualquer outra resposta não recebe pontuação.

Considerando as respostas ao questionário, constatou-se que a PCDF possui atualmente 53,6% de suas edificações com projetos de acessibilidade finalizados, incluindo banheiro,

rampa e rota acessíveis, 8,9% em fase de adequação e 37,5% dos projetos em processo de conformação legal.

Assim, 10 das 14 questões foram respondidas dentro do parâmetro fixado, ou seja, “atende em mais de 50% do edifício”, o que corresponde a mais de 70% da pontuação possível, atingindo a pontuação total de 2,0 pontos, encontrando-se, portanto, na faixa amarela e no nível intermediário de gestão.

4.5 Indicador I5: Certificação de prédios públicos

Durante a condução da presente pesquisa, foi identificado que este indicador não teria como ser avaliado com base nos parâmetros previamente definidos pelo TCU. O motivo para a exclusão se encontra nos critérios utilizado pela PCDF, que são significativamente distintos daqueles estabelecidos no protocolo original da pesquisa. O instrumento de avaliação adotado pela pesquisa contempla indicadores padronizados para mensurar aspectos estabelecidos IN SLTI/MP 2/2014 ou demais normativos aplicáveis similares, que orientem a construção e reforma de prédios públicos, enquanto o órgão pesquisado utiliza metodologia própria, com parâmetros internos não comparáveis ou incompatíveis com a métrica utilizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Essa dissonância metodológica poderia comprometer a comparabilidade dos dados e introduzir vieses interpretativos caso se optasse pela forçosa equivalência dos indicadores. Em conformidade com os princípios da fidelidade metodológica e da integridade dos dados, optou-se por atribuir nota 0 (zero) na avaliação deste item. Ressalta-se, contudo, que tal decisão não implica ausência de ação por parte do órgão em relação à temática avaliada, mas apenas o reconhecimento de que a forma de registro, aferição ou consolidação das informações inviabiliza a mensuração nos termos definidos pelo escopo original da pesquisa.

O resultado, cabe ressaltar, não representa um descaso com essa temática. A PCDF está atenta às informações mais avançadas e tem implementando melhorias e adequando os novos projetos aos requisitos das principais certificações de construção sustentável, tais como a Leadership in Energy and Environmental Design (LEED), ferramenta de certificação que incentiva e acelera a adoção de práticas de construção sustentável, e a Aqua-HQE, certificação internacional da construção de alta qualidade ambiental. O projeto de construção do novo Instituto de Medicina Legal (IML), já executado, e o projeto da nova Policlínica da Polícia Civil, que se encontra em curso, seguem vários requisitos das referidas certificações, como: plano de gestão de resíduos sólidos; captação de águas pluviais; adoção de torneiras de

fechamento automático; reutilização de águas pluviais para uso em irrigação e nos sanitários; utilização de fluido refrigerante ecológico nos aparelhos de ar condicionado; adoção de sistema de renovação de ar; adoção de *software* de dimensionamento de iluminação para escolha das especificações e quantitativos de luminárias e utilização de materiais de isolamento acústico como forros e mantas nas divisórias.

Todas essas iniciativas demonstram a preocupação da PCDF em seguir recomendações que representam o compromisso com o desenvolvimento sustentável, todavia este indicador recebeu nota 0 (zero), cuja avaliação utilizou fielmente o questionário definido pelo TCU na auditoria dos órgãos públicos federais, colocando-se na faixa vermelha e no nível inicial de gestão da sustentabilidade.

4.6 Indicador I6: Racionalização de consumo de papel e processo eletrônico

A avaliação de racionalização de consumo, seguindo o Relatório de Auditoria – TC nº 006.615/2016-3, mais especificamente a letra “F. Racionalização de consumo de papel e processo eletrônico” (TCU, 2017, p. 99) foi estruturado com os seguintes questionamentos: adota práticas de impressão de modo a otimizar o consumo de papel, tais como padronização de impressão frente/verso e em modo econômico, ilhas de impressão, software de controle de impressão; adota a prática de outsourcing de impressão e reprografia, referente a terceirização de todo o processo com impressão e cópias; está implementando ou já utiliza sistemas informatizados para a gestão e o trâmite de processos administrativos eletrônicos; realiza monitoramento para avaliar a evolução do consumo de papel e a aquisição de impressoras.

As respostas foram pontuadas observando a seguinte fórmula: itens 25.1 e 25.3 – 1,0 ponto se uma das duas ou as duas respostas forem afirmativas; e itens 26.1 e 26.4 – 1,0 ponto para cada resposta afirmativa.

Os relatórios de saída de material da DRM, que fez um cotejamento entre os anos de 2016 a 2018 (anteriores à implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI) com os de 2020 a 2023,¹⁰ demonstrou uma queda no uso do papel A4 na proporção de 744,01 resmas mensais, ou seja, 372.000,85 folhas de papel, que equivale a uma redução de 28%, conforme se observa nas tabelas 9 e 10 a seguir.

¹⁰ O ano de 2019 não foi considerado na comparação, por constituir um período de adaptação ao SEI e conscientização dos servidores quanto à economia de papel.

Tabela 9 – Consumo de material

Período	Consumo mensal médio (em resmas de papel)
2016 a 2018 (anterior à implantação do SEI)	2.620,97
2019 (período de adaptação ao SEI)	2.518,42
2020 a 2023 (consolidação do SEI)	1.876,96

Fonte: Divisão de Recursos Materiais (DRM) da PCDF.

Tabela 10 – Redução no consumo de material

Redução no consumo			
Unidade de medida	Mensal	Anual	Percentual
Resmas	744,02	8.928,19	28%
Folhas	372.007,85	4.464.094,203	

Fonte: Divisão de Recursos Materiais (DRM) da PCDF.

O Relatório de Consumo Mensal de Material indica que, entre os anos de 2020 e 2021, houve diminuição de consumo de 7.851 resmas a menos em média. Ressalte-se que, no referido período, a pandemia de covid-19 pode ter tido impacto nessa redução. Após retorno das atividades ordinárias, em 2022, observou-se um retorno de consumo à média anterior. Esse cenário provocou a adoção de medidas de controle mais rigoroso, condicionando a distribuição a uma análise prévia das solicitações, o que resultou em grande redução de consumo de papel no ano de 2023.

Cabe destacar ainda algumas iniciativas que impactaram positivamente a redução de consumo de papel na PCDF, como: i) a implementação do SEI em 2018; ii) a ampliação do Sistema Eletrônico de Registro de Ocorrências Policiais,¹¹ iniciada em fevereiro de 2020 e integralizada em novembro de 2020, ocasião em que o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) deixou de receber expedientes não eletrônicos.¹² Vale registrar ainda a aquisição de mesas que permitem a assinatura eletrônica por parte de não servidores, equipamento que está em fase de interligação dos sistemas e irá proporcionar que o procedimento seja realizado de forma 100% digital. Além dessas medidas, tem havido a divulgação de projetos sustentáveis visando conscientizar os servidores a adotarem a digitalização de processos administrativos e a formulação de novos documentos dentro dos sistemas digitais, sempre com o escopo de reduzir o uso do papel.

A PCDF, neste indicador, alcançou a nota máxima, 3 pontos, considerando que 100% das respostas foram afirmativa, inserindo-se no nível avançado e faixa verde de gestão.

¹¹ Esse sistema permite aos usuários externos o registro remoto de boletins de ocorrência, suprimindo a necessidade de impressão de cópias e a substituição dos procedimentos físicos pelos inquéritos policiais e termos circunstanciados eletrônicos, com a distribuição dos autos de prisão em flagrante em formato nato-digital.

¹² Fonte: arquivos do Serviço de Cartório da Corregedoria-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal (SC/CGP/PCDF).

Destarte, de forma gradativa, a instituição vem adquirindo o hábito de contribuir com o plano de sustentabilidade, principalmente no tocante a um dos mais importantes insumos no campo de material recicláveis, o “papel”.

4.7 Indicador I7: Gestão de resíduos e coleta seletiva solidária (CSS)

Como já mencionado, a gestão de resíduos na PCDF foi implementada antes mesmo da adoção da política de responsabilidade socioambiental, da criação do PLS e da adesão à A3P, encontrando-se adequada às exigências legais e ao compromisso com a pauta ambiental. Neste indicador foram avaliados os seguintes aspectos: possui plano de gestão de resíduos sólidos; constituiu comissão para a coleta seletiva solidária (CSSS), com, no mínimo, três servidores; encaminha semestralmente ao Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis a avaliação do processo de separação dos resíduos recicláveis descartados.

A gestão de resíduos sólidos e a coleta seletiva e solidária constam do Eixo 2 do PLS, conforme reproduzido na Figura 2. Acerca da coleta seletiva, constatou-se que foram instalados equipamentos em todas as unidades e divulgadas orientações sobre o modo de efetuar a coleta e descarte, cumprindo dessa forma integralmente esse escopo.

Figura 2 – Objetivos do Eixo 2 do Plano de Logística Sustentável



Fonte: Distrito Federal (2021).

A avaliação também demonstrou que há um processo permanente de atualização na gestão de resíduos, que envolve a instituição de uma Comissão Interna de Acompanhamento, investimentos em práticas avançadas de contabilização da totalidade de resíduos produzida e o estabelecimento da respectiva destinação. Todavia, como se pode observar na Figura 3, determinados pontos, relacionados à logística reversa e ao acompanhamento dos resultados sociais nas cooperativas para onde são destinados os recicláveis, ainda dependem implementação.

Figura 3 – Discriminação das metas do Eixo 2 do Plano de Logística Sustentável

Eixo 2: Gerenciamento de Resíduos Sólidos Tema: Resíduo perigoso Objetivo: Descartar Adequadamente os Resíduos Perigosos Gerados 			
ID	Ações previstas	Responsável	Status
A25	Revisar e ajustar o PGRS e PGRSS * Realizado pelo DPT e pendente pela Policlínica	DGP	Em andamento
A26	Regularizar a logística reversa de lâmpadas fluorescentes inservíveis * O contrato de manutenção vigente prevê que a empresa é a responsável pela destinação adequada desse resíduo.	DAG	concluído
A27	Elaborar plano de gerenciamento de resíduos perigosos produzidos pela DITRAN, contemplando a logística reversa dos resíduos, conforme nota técnica nº 3/2021-GABDG/DICON	DAG	A iniciar
A28	Firmar parceria para destinação final adequada de pneu	DAG	A iniciar
A29	Firmar parceria para destinação final adequada de baterias	DAG	A iniciar
A30	Firmar parceria para destinação final adequada de óleo	DAG	Concluído
A31	Firmar parceria para destinação final adequada de embalagens de óleo	DAG	A iniciar
A32	Apresentar proposta de convênio com empresas especializadas para a coleta de lixo indiferenciado (contaminado/contaminante) produzido nas oficinas mecânicas da DITRAN	DAG	A iniciar

Fonte: Distrito Federal (2021).

Em que pese a constatação de pendências de implementação das ações citadas, estas não foram avaliadas para efeito de cálculo do Iasa da PCDF por não integrarem o questionário do TCU. Considerando as respostas aos itens avaliados, nos exatos termos utilizados pelo TCU, a PCDF obteve 3 pontos, encontrando-se na faixa verde e no nível avançado de gestão neste indicador.

4.8 Indicador I8: Contratações Públicas Sustentáveis (CPS)

Com o advento da Nova Lei de Licitações (Lei n.º 14.133/2021), toda a administração pública passou a estar adstrita ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável, que traz em seu bojo a ideia de que a administração pública deverá prestigiar produtos, empresas e serviços que obedeçam às normas ambientais (art. 5.º). Nesse mesmo contexto, enfatiza que todo processo licitatório tem como objetivo, entre outros, incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional

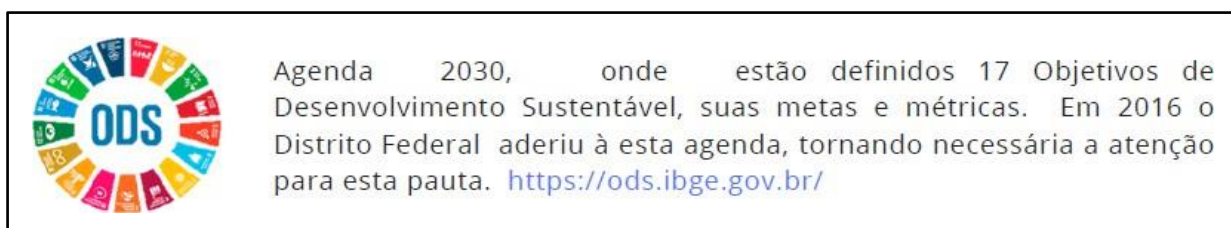
sustentável e responsável (art. 11), revelando-se, portanto, um avanço quanto às exigências, mas, acima de tudo, um incentivo de práticas de proteção ao meio ambiente.

Neste indicador foram avaliados os seguintes critérios: a Consultoria Jurídica aborda questões relativas a diretrizes, critérios e práticas de sustentabilidade, nos pareceres que antecedem às contratações; realiza um planejamento de compra anual, especificando os itens sustentáveis a serem adquiridos, considerando os materiais ociosos para reaproveitamento nos setores que os necessitem, analisando o consumo para avaliação da real necessidade; considera a Avaliação do Ciclo de Vida (ACV) dos bens ou serviços a serem comprados ou contratados, considerando a função final a que se destina a aquisição de um determinado produto ou a contratação de um determinado serviço.

Os projetos de construções da PCDF, como o do edifício sede no Setor Policial, em 2016, comprovam o engajamento com o desenvolvimento sustentável e com as diretrizes do novo diploma licitatório, pois previa a instalação de torneiras com aeradores e temporizador, bem como ar-condicionado menos poluente, mais eficiente e com menor consumo de energia, evidenciando entre suas práticas de construção e contratação, já naquela época, alinhamento e preocupação com o denominado investimento socialmente responsável, que considera os aspectos ambientais, sociais e de governança, conhecidos atualmente pela sigla ESG (do inglês, *environmental, social and governance*).

O Plano Estratégico de 2019 a 2023, e o PLS de 2021-2022, com vigência de cinco anos, os quais referenciaram os rumos da instituição, também já se mostravam convergentes em suas ações de sustentabilidade com as exigências desse diploma licitatório ao fixarem medidas de alinhamento com as políticas de responsabilidade socioambiental, de adoção da agenda A3P e dos objetivos de desenvolvimentos sustentáveis da Organização das Nações Unidas (ODS), como demonstrado na Figura 4.

Figura 4 – Plano Estratégico Institucional da PCDF: Alinhamentos



Fonte: Distrito Federal (2021a).

Nada obstante as importantes iniciativas apontadas, restou constatado que apenas o item referente à avaliação do ciclo de vida foi respondido afirmativamente. Dessa forma, a PCDF alcançou 1 ponto, posicionando-se na faixa vermelha e no nível inicial de gestão.

4.9 Indicador I9: Mobilidade, transporte institucional e emissão de gases de efeito estufa (MOB)

Verificou-se que a PCDF conta com um PLS bem estruturado em relação a esse indicador, o que proporciona práticas importantes de ações de sustentabilidade, como a racionalização do uso de energia elétrica, água e produtos descartáveis, produzindo impactos positivos na geração de energia e redução da emissão de gases de efeito estufa. Todavia, como verificado pelas respostas ao questionário, há medidas que podem ser adotadas visando avançar nesse critério. A implementação de um plano específico de gestão socioambiental, com objetivos claros, ações, metas, prazos, mecanismos de monitoramento e responsabilidades definidas, contribuiria para atingir maior eficiência na otimização dos processos e usos de recursos ambientais.

Iniciativas como o plantio de árvores nas áreas externas dos órgãos, a adoção de energia solar e de soluções alternativas de combustíveis nas viaturas são alguns exemplos de avanço e engajamento da instituição em promover a sustentabilidade e a inovação no setor público. Importantes medidas que mereceriam ser avaliadas referem-se à adesão a sistemas que possibilitam disponibilizar os resultados do Inventário Nacional de Emissões de Gases de Efeito Estufa, como a plataforma Registro Público de Emissões (RPE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Essa iniciativa possibilitaria divulgar, de forma transparente, os inventários corporativos de emissões de gases de efeito estufa (GEE), com vistas a estabelecer novas diretrizes. Outras opções seriam a participação no Programa Brasileiro GHG Protocol e no Sistema de Registro Nacional de Emissões (Sirene).

Considerando que cabe às organizações participantes do programa apenas inserir suas emissões no sistema, automatizando e tornando o processo de elaboração dos inventários mais rápido, simplificado e visível a qualquer interessado, a PCDF deveria, como medida inicial, aderir aos programas para alimentar a base de dados desses sistemas (Sirene e RPE), o que permitiria analisar a situação atual da instituição e, por conseguinte, buscar a melhora nos índices.

Essas ações contribuiriam para substancializar o compromisso com a preservação ambiental, com a consolidação de uma cultura de responsabilidade e cuidado com o planeta e, além disso, poderia servir como modelo para outras instituições da segurança pública.

A Política Nacional sobre a Mudança do Clima (PNMC), instituída pela Lei n.º 12.187, de 29 de dezembro de 2009, enfatiza o compromisso nacional voluntário de adoção de ações de mitigação com vistas a reduzir as emissões de gases de efeito estufa do Brasil. Suas medidas são apenas sugestivas e não impositivas, nada obstante, por comporem um sistema integrado de sustentabilidade, deve servir de incentivo à instituição para adotar essas práticas, avançando além do campo da conscientização, tendo em conta que é da essência socioambiental inter-relacionar esses temas.

A PCDF possui condições e precisa avançar nas contratações sustentáveis e na mobilidade, reconhecendo a importância de adotar práticas que beneficiem o meio ambiente e a sociedade. O processo de normatização de comparação de preços entre produtos tradicionais e sustentáveis, cujo estudo e implementação foram determinados pelo Decreto Distrital n.º 39.537/2018, ainda é incipiente. Constatou-se que a implementação das medidas indicadas no referido diploma legal cria condições para transformar as aquisições em um modelo mais responsável e consciente.

Ademais, e no mesmo sentido, a mobilidade é uma área propícia para inovar e criar incentivos para o uso de alternativas ao carro, promovendo um ambiente mais sustentável. Ao repensar estratégias de transporte, espera-se não apenas melhorar a eficiência, mas também contribuir para uma cidade mais saudável e acessível. A PCDF demonstra estar comprometida em explorar novas soluções que priorizem a mobilidade sustentável, alinhando suas ações com as melhores práticas do futuro.

Figura 5 – Discriminação do Eixo 4 do Plano de Logística Sustentável

Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho Eixo 4 – Compras Públicas Sustentáveis Eixo 5 – Construções Sustentáveis Eixo 6 – Sensibilização e Capacitação de Servidores 				
	ID	Ações previstas	Responsável	Status
Eixo 4	A37	Normatizar pesquisa comparativa de preços entre produtos tradicionais e sustentáveis * De acordo com a Portaria nº 51/2020 que instituiu a política de responsabilidade socioambiental na PCDF	DAG	A iniciar

Fonte: Distrito Federal (2021).

Utilizando os parâmetros indicados pelo TCU, consistentes em acompanhar/monitorar viagens terrestres ou aéreas, adotar medidas para a compensação do carbono emitido nos deslocamentos oficiais, dar preferência para a utilização de combustível menos poluente e

utilizar transporte alternativo, observou-se que a PCDF somente realiza o acompanhamento e monitoramento das viagens oficiais, demonstrando uma lacuna em comparação às instituições federais avaliadas pelo TCU.

Assim, neste indicador, a PCDF alcançou 1 ponto, situando-se na faixa vermelha e no nível inicial de gestão.

4.10 Indicador I10: Conscientização e capacitação

A vigência da segunda edição do Plano de Logística Sustentável (PLS) da PCDF, abrangendo o período de 2021 a 2022, representa uma ferramenta estratégica de planejamento. Concebida para estabelecer diretrizes e implementar ações voltadas para práticas sustentáveis no âmbito da instituição, o intuito principal dessa edição do PLS foi promover a racionalização de gastos e processos, visando à redução dos impactos socioambientais negativos.

No contexto do PLS/PCDF, destaca-se a busca pela conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) do Ministério do Meio Ambiente, pela norma ABNT NBR ISO 14.001/2015, bem como pelas regulamentações em vigor, todas relacionadas ao desenvolvimento sustentável do órgão.

A Portaria n.º 52/2020, que institui o PLS/PCDF, delinea, em seu art. 4º, os parâmetros essenciais que as práticas de sustentabilidade e racionalização do uso de materiais e serviços devem abranger. Entre estes destacam-se: material de consumo, energia elétrica, água e esgoto, coleta seletiva, qualidade de vida no ambiente de trabalho, compras e contratações sustentáveis, e deslocamento de pessoal.

As respostas demonstraram que as ações estão alinhadas aos aspectos definidos pelo TCU. A disciplina de Sustentabilidade foi incluída no Plano de Capacitação da Escola Superior da Polícia Civil (ESPC) e a Assessoria de Comunicação tem realizado estratégia de promoção de campanhas para a racionalização e consumo consciente dos bens públicos e recursos naturais.

Dessa forma, com base no que foi constatado, o indicador de conscientização e capacitação alcançou a pontuação máxima de 3 pontos, posicionando-se na faixa e no nível avançado de gestão.

4.11 Indicador I11: Adesão a programas de sustentabilidade

Há quatro programas de sustentabilidade do governo, a saber: a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), o Programa Nacional de Eficiência Energética em Edificações (Procel Edifica), o Programa de Eficiência do Gasto (PEG) e Projeto Esplanada Sustentável

(PES), os quais prestam apoio técnico e enviam informações de serviços do respectivo programa às instituições cadastradas.

A Agenda A3P possui seis eixos temáticos: uso racional dos recursos naturais e bens públicos, gestão adequada dos resíduos sólidos, qualidade de vida no ambiente de trabalho, compras públicas sustentáveis, construções sustentáveis e sensibilização e capacitação dos servidores.

A PCDF, por meio do Termo de Adesão, firmado em junho de 2020 e com vigência de cinco anos, aderiu de forma voluntária apenas à agenda A3P, cadastrando-se em serviço de envio de informações por e-mail e utilizando, quando necessário, do apoio técnico para eficiência nos assuntos ofertados pelo programa.

Dessa forma, por ter aderido apenas a um programa de sustentabilidade, obteve 1 ponto, situando-se na faixa vermelha e no nível inicial de gestão do Iasa.

5 RESULTADOS DO CÁLCULO DO IASA NA PCDF

Conforme já explicitado na seção 3, o Iasa possui uma pontuação para cada um dos seus 11 indicadores, que pode variar de 0 a 3 pontos, sendo que acima de 0 e abaixo 1, corresponde ao nível de implementação incipiente, classificado como faixa vermelha; de 1 até abaixo de 2, encontra-se no nível intermediário, correspondente à faixa amarela e de 2 até 3 é considerado nível de implementação completo ou avançado, correspondendo à faixa verde. Caso a pontuação no Iasa (TCU) seja igual a 0, significa ausência ou implementação mínima.

Como se pode observar na Tabela 11 a seguir, que compara a pontuação média do Iasa da PCDF com a dos órgãos da APF, houve um desempenho satisfatório, significativamente acima da média obtida pelas instituições federais, na auditoria realizada pelo TCU.¹³

Tabela 11 – Desempenho da PCDF no Iasa em comparação com órgãos federais

Critérios de sustentabilidade	Polícia Civil do DF	APF
I1. Plano de Logística Sustentável (PLS) – elaboração, implementação e monitoramento	2,0	3,0
I2. Racionalização no uso de energia elétrica	3,0	1,65
I3. Racionalização no uso de água	3,0	1,44
I4. Atendimento a requisitos de acessibilidade	2,0	2,23
I5. Certificação de prédios públicos	0,0	1,63
I6. Racionalização do uso de papel e processo eletrônico	3,0	2,30
I7. Gestão de resíduos (CSS)	3,0	1,05
I8. Contratações públicas sustentáveis (CPS)	1,0	1,70
I9. Mobilidade e emissão de GEE (MOB)	1,0	1,77
I10. Conscientização e capacitação	3,0	1,88
I11. Adesão a programas de sustentabilidade	1,0	0,98
Pontuação média	2,00	1,69

Fonte: dados da pesquisa e TCU (2017). Elaboração própria.

Verifica-se que a PCDF apresentou um desempenho notável ao atingir a pontuação máxima (3,0 pontos) nos critérios de Gestão de resíduos (CSS), Racionalização no uso de energia elétrica, Racionalização no uso de água, Papel e processo eletrônico, Gestão de resíduos e coleta seletiva, Conscientização e capacitação. Esse resultado destaca o compromisso e eficiência da Polícia Civil do DF na implementação das ações de sustentabilidade.

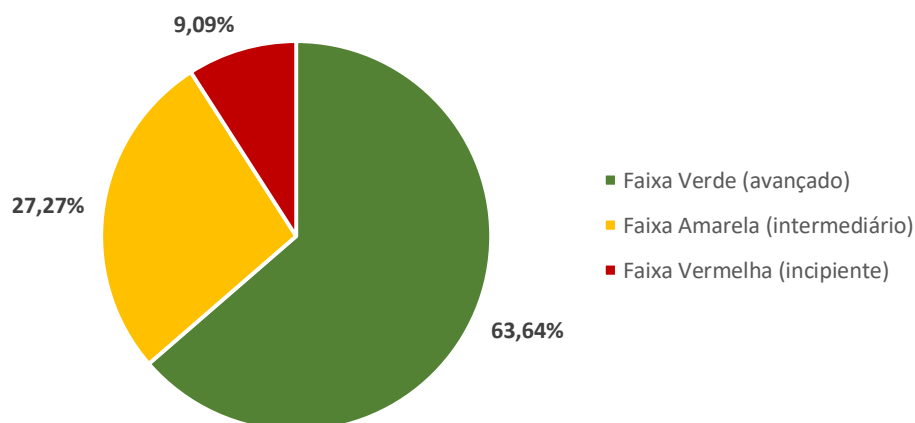
¹³ Os dados da APF estratificados pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário podem ser verificados no Apêndice C.

No entanto, nos indicadores Contratações públicas sustentáveis (CPS), Mobilidade e emissão de gases de efeito estufa (MOB) e Adesão a programas de sustentabilidade, a instituição ficou na faixa vermelha, revelando uma lacuna significativa ou divergência com os critérios adotados pelo Iasa, que, independentemente da resposta, demanda mais atenção e realinhamento nos processos de acompanhamento e monitoramento das ações relacionadas aos respectivos eixos temáticos.

Vale registrar que, acerca da Certificação de prédios públicos, nada obstante a constatação dos avanços já citados, a PCDF não possui essas informações materializadas em relatórios e não segue os parâmetros utilizados no questionário do TCU, o que impossibilitou a aplicação dos indicadores do Iasa e a atribuição de pontuação.

Observa-se também que a pontuação da PCDF por indicador demonstra um resultado dissonante, oscilando a implementação das ações de sustentabilidade entre os níveis avançado e inicial, sendo que 63,64% dos indicadores ficaram na faixa verde, 27,27% na faixa amarela e 9,09% na faixa vermelha, conforme Figura 6.

Figura 6 – Distribuição da pontuação da PCDF, por faixa



Fonte: dados da pesquisa. Elaboração própria.

Deve-se considerar nos resultados o fato de a auditoria do TCU ter sido realizada em 2016, de modo que as instituições-alvo do cálculo podem ter incrementado suas ações e em 2024, data em que foram avaliadas as ações da PCDF (2024), possuírem uma pontuação mais elevada, tendo em conta os esforços da administração pública federal em inserir os parâmetros de sustentabilidade socioambiental nos órgãos que a integram. Como o TCU ainda não efetuou uma nova auditoria, seguiu-se utilizando como parâmetro o resultado de 2016.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Extraí-se deste estudo, que teve como escopo demonstrar o desempenho do nível de gestão da implementação da sustentabilidade socioambiental a fim de contribuir com propostas para fortalecimento da instituição, que a PCDF está comprometida com a implementação de práticas sustentáveis e consciente, sob todos os aspectos, do impacto positivo desta iniciativa

Esta evidência vem refletida em seu PLS, o qual se encontra integrado com as diretrizes nacionais como a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e com os padrões internacionais da norma ABNT NBR ISO 14.001/2015. Destaca-se, nesse sentido, o esforço para atender aos padrões nacionais e internacionais de gestão ambiental, com uma abordagem abrangente de temas como: consumo consciente, gestão de resíduos e compras sustentáveis e uma visão holística que caminha no sentido de equilibrar os aspectos ambiental, econômico e social, que constituem o tripé da sustentabilidade.

Metodologicamente, adotou-se uma abordagem quantitativa descritivo-analítica, com base na triangulação entre o conteúdo do PLS-PCDF, os critérios definidos pelo Índice de Acompanhamento da Sustentabilidade na Administração Pública (IASA) do TCU, permitindo uma leitura crítica e multidimensional do estágio atual de institucionalização da sustentabilidade na PCDF. Esta estratégia possibilitou não apenas a identificação de boas práticas já consolidadas, mas também a detecção de lacunas e oportunidades de aprimoramento, considerando o nível de aderência aos critérios do IASA.

Nada obstante os resultados positivos apontados, ainda se pode avançar mais no incremento das ações socioambientais, seguindo alguns critérios utilizados na avaliação pelo índice de acompanhamento da sustentabilidade na administração (Iasa). O caminho para uma gestão sustentável bem-sucedida requer ações concretas, monitoramento consistente e uma abordagem adaptativa para promover a resiliência diante dos desafios socioambientais em constante evolução e integrar práticas sustentáveis com temas estruturantes.

Verificou-se, nesta avaliação, a presença de avanços significativos e conquistas institucionais expressivas; por outro, a persistência de desafios estruturais e operacionais que ainda dificultam a transversalização plena da sustentabilidade nas rotinas organizacionais da PCDF. Nesse contexto, a transição para uma gestão ambiental madura exige a superação de práticas pontuais e a incorporação de um modelo adaptativo, fundamentado em ciclos contínuos de planejamento, ação, monitoramento e retroalimentação — tal como preconizado pelos sistemas de gestão ambiental baseados em melhoria contínua (PDCA e similares).

Dessa forma, objetivando contribuir para o preenchimento das lacunas identificadas e para a consolidação de medidas que se revelaram com alto grau de implementação, com base nesse diagnóstico, propõe-se um plano de ação estratégico e escalonado no tempo, estruturado em três horizontes temporais — curto, médio e longo prazo — visando a consolidação de uma cultura organizacional voltada à sustentabilidade de forma sistemática e duradoura:

1) Curto prazo:

Revisão constante dos normativos da PCDF, incorporando explicitamente práticas relacionadas aos eixos 10 (conscientização e capacitação) e 11 (adesão a programas de sustentabilidade) do Iasa; inclusão da disciplina de sustentabilidade no Plano de Capacitação da Escola Superior da PCDF (ESPC); fortalecimento das campanhas para a racionalização e consumo consciente. Essas as ações estão aguardando início, conforme indicado no *status* do PLS.

2) Médio prazo:

Remodulação e desenvolvimento de indicadores para o monitoramento no eixo 6 (sensibilização e capacitação dos servidores), para uma avaliação mais eficaz, um acompanhamento adequado das ações planejadas e a promoção do engajamento institucional de todas as partes interessadas, incluindo gestores, colaboradores e setores relacionados no processo de implementação das ações, garantindo um comprometimento coletivo.

3) Longo prazo:

Estabelecimento de um sistema de monitoramento contínuo para acompanhar o progresso das ações, sobretudo dos eixos 10 e 11, elaboração de relatórios periódicos para avaliar o alinhamento com os indicadores propostos pelo Iasa e investimento em programas de capacitação continuada, abrangendo não apenas a inclusão da disciplina de sustentabilidade, mas também a conscientização constante dos colaboradores sobre práticas sustentáveis.

O presente diagnóstico do desempenho na gestão da implementação da sustentabilidade socioambiental das suas atividades administrativas teve o propósito de apontar fielmente todos aspectos da implementação das ações com o fim de apresentar construtivamente mecanismos para fortalecer a instituição, conectando-a de maneira mais profunda às necessidades do período histórico em que se insere, estreitar laços com o cidadão e impactar positivamente a sociedade que a instituição deve servir.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, A. O.; EPELBAUM, Michel. A aplicação da ISO 14001 no setor público: panorama, resultados e tendências. *In: ENCONTRO DE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE – ENGEMA*, 8., 2005, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro, 2005.
- ALMEIDA, F. A. **O bom negócio da sustentabilidade**. Editora: Nova Fronteira, Ano: 2022.
- BABBIE, E. **Métodos de pesquisas de Survey**. Tradução de Guilherme Cezarino. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**: edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BELLEN, Hans Michael Van. **Indicadores de sustentabilidade**: uma análise comparativa. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- BESSA, F. L. Gestão pública orientada ao desenvolvimento sustentável e indicadores de desempenho socioambiental. **Cadernos de Finanças Públicas**, v.11, p. 159- 185, 2011.
- BHATTA, Gambhir. **Post-NPM Themes in Public Sector Governance**, Wellington: State Services Commission, set. 2003. (WorkingPaper n. 17). Disponível em: https://www.superscheme.govt.nz/assets/DirectoryFile/Post-NPM_Themes_In_Public_Sector_Governance.pdf. Acesso em: 20 jan. 2025.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Congresso Nacional, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 maio 2024.
- BRASIL. **Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022**. Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Brasília: Presidência da República, 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Decreto/D10936.htm#art91. Acesso em: 20 maio 2024.
- BRASIL. **Decreto nº 6.029, de 01 de fevereiro de 2007**. Institui o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6029.htm. Acesso: 31 mar. 2024.
- BRASIL. **Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012**. Dispõe sobre a política e as diretrizes para a instituição da Rede de Desenvolvimento Sustentável da Administração Pública Federal - RDS.AP, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7746.htm. Acesso em: 22 abr. 2023.
- BRASIL. **Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017**. Estabelece a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília: Presidência da República, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9203.htm. Acesso em: 25 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.** Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12187.htm. Acesso em: 22 ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.** Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 20 maio 2024

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1981. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 25 maio 2024.

BRASIL. **Lei nº 9605, de 12 fevereiro de 1998.** Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1998. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm. Acesso em: 25 maio 2024.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).** Brasília: MMA, 2009. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p/>. Acesso em: 12 set. 2024.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Como implantar a A3P.** 4. ed. Brasília: MMA, 2016. Disponível em: <http://a3p.mma.gov.br/wp-content/uploads/Biblioteca/Documentos/Cartilha-Intermediaria-Como-Implantar-a-A3P-4ª-Edição.pdf>. Acesso em: 12 set. 2024. Documentos/Cartilha-Intermediaria-Como-Implantar-a-A3P-4ª-Edição

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Portaria nº 326, de 23 de julho de 2020.** Institui o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública - Programa A3P e estabelece suas diretrizes. Brasília: MMA, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-326-de-23-de-julho-de-2020-268439696>. Acesso em: 24 mai. 2024.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012.** Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências. Brasília: MPOG, 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-10-de-12-de-novembro-de-2012>. Acesso em: 24 maio 2024.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Portaria n.º 23, de 12 de fevereiro de 2015.** Estabelece boas práticas de gestão e uso de Energia Elétrica e de Água nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dispõe sobre o monitoramento de consumo desses bens e serviços. Brasília: MPOG, 2015.

CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRONIN, P.; RYAN, F.; COUGHLAN, M. Undertaking a literature review: a step-by- step approach. **British Journal of Nursing**, v. 17, n. 1, p. 38-43, 2008.

CUNHA, C. G. S. Avaliação de políticas públicas e programas governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil. **Revista Estudos de Planejamento**, v. 12, p. 27–57, 12 2018.

DEPONTI, Cidonea Machado; ECKERT, Córdula; AZAMBUJA, José Luiz Bortoli de. Estratégia para construção de indicadores para avaliação da sustentabilidade e monitoramento de sistemas. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n. 4, out./dez. 2002. Disponível em: <https://www.ernestoamaral.com/docs/fip-112/biblio/Deponti2002.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2024.

DIAS, R. **Gestão ambiental**: responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2019.

DIDELON, C.; GRASLAND, C.; RICHARD, Y. (dir.). **Atlas de l'Europe dans le Monde**. Paris: La Documentation Française, 2008.

DIEHL, A. A.; TATIM, D. C. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 39.537, de 18 de dezembro de 2018**. Institui o Plano de Implementação das Ações de Manutenção do Patrimônio do Distrito Federal [...]. Brasília: Governo do Distrito Federal, 2018. Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/05539daec2044348b02a9dc665eefd66/Decreto_39537_18_12_2018.html. Acesso em: 16 ago. 2024.

DISTRITO FEDERAL. Polícia Civil do Distrito Federal. **Plano de Logística Sustentável 2021-2022**. 2. ed. Brasília: PCDF, 2021b. Disponível em: <https://www.pcdf.df.gov.br/institucional/gestao-estrategica/9128/pls>. Acesso em 22 mai. 2024.

DISTRITO FEDERAL. Polícia Civil do Distrito Federal. **Plano de Logística Sustentável (PLS – PCDF)**. 1. ed. Brasília: PCDF, 2020. Disponível em: <https://www.pcdf.df.gov.br/institucional/gestao-estrategica/9128/pls>. Acesso em 22 mai. 2024.

DISTRITO FEDERAL. Polícia Civil do Distrito Federal. **Plano Estratégico Institucional: Programa Avançar – 2º Ciclo (2019-2023)**. Revisão dez. 2021. Brasília: PCDF, 2021a. Disponível em: https://www.pcdf.df.gov.br/images/conteudo/gci/DIPLANE/PEI_REVISAO_2021.pdf. Acesso em 22 mai. 2024.

DISTRITO FEDERAL. Polícia Civil do Distrito Federal. **Portaria nº 36, de 6 de abril de 2020**. Institui o Comitê Gestor do Plano de Logística Sustentável da Polícia Civil do Distrito Federal e dá outras providências. Brasília: PCDF, 2020. Disponível em: https://www.pcdf.df.gov.br/images/conteudo/institucional/gov_e_estrat/PLS/Portaria_36_Institui_Comissao_PLS.pdf. Acesso em: 22 mai. 2023.

DISTRITO FEDERAL. Polícia Civil do Distrito Federal. **Portaria nº 52, de 19 de maio de 2020**. Institui o Plano de Logística Sustentável da Polícia Civil do Distrito Federal - PLS-PCDF. Brasília: PCDF, 2020. Disponível em:

https://www.pcdf.df.gov.br/images/conteudo/institucional/gov_e_estrat/PLS/Portaria_52_SEI.pcf. Acesso em 22 mai. 2024.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GODOY, A. S. Estudo de caso qualitativo. *In*: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE- MELLO, R.; SILVA, A. B. (org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**: paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 115-146.

GODOY, A. S. Estudo de caso qualitativo. *In*: GODOI, C. K.; BANDEIRA DE MELO, R.; SILVA, A. B. (org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**: paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 115-146.

HÜLLER, A. A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) como ferramenta de gestão para os órgãos públicos municipais. *In*: HÜLLER, A. (org.). **Gestão ambiental nos municípios**: instrumentos e experiências na administração pública. Santo Ângelo: Furi, 2010, p. 91-104.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil**: conceitos, fontes de dados e aplicações. 3. ed. Campinas: Alínea, 2006.

KOLLER, S. H.; DE PAULA COUTO, M. C. P.; HOHENDORFF, J. V. (org.). **Manual de produção científica**. Porto Alegre: Penso, 2014.

KRONEMBERGER, D. **Desenvolvimento local sustentável**: uma abordagem prática. São Paulo: Senac, 2017.

LEFF, E. **Saber ambiental**: sustentabilidade racionalidade, complexidade, poder. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

LOUREIRO, M. R. Políticas públicas no Brasil: conceitos, esferas e desafios. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 13-37.

LUIZ, L. C. **Plano de gestão de logística sustentável**: proposta de um modelo para avaliação do desempenho socioambiental em instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. 198 f. 2014. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARTINS, C. Gestão pública e desenvolvimento sustentável: reflexões sobre a implementação de políticas ambientais no Brasil. **Cadernos de Gestão Pública**, v. 2, n. 2, jul./dez. 2015.

MITCHELL, G. Problems and fundamentals of sustainable development indicators. **Sustainable Development**, v. 4, n. 1, p. 1-11, 1996.

OLIVEIRA, A. L. M.; SARUBBI, F. M.; ROSA, C. T. Instrumentos de gestão da sustentabilidade. *In*: ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE – ENGEMA, 16., 1 a 3 dez. 2014, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo:

USP, 2014. Disponível em: <https://www.engema.org.br/XVIENGEMA/420.pdf>. Acesso em: 15 maio 2024.

PARENTE, T. C. **Sustentabilidade organizacional**. São Paulo: Senac, 2018.

PIZZANI, L.; SILVA, R. C. DA; BELLO, S. F.; HAYASHI, M. C. P. I. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 10, n. 2, p. 53-66, jul. 2012.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em:

<https://www.undp.org/pt/brazil/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 22 mai. 2023.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Geografia e natureza: entre ciência, saberes e política: a reapropriação social da natureza. In: MARQUES, M. I. M. (org.). **Perspectivas de natureza: epistemologias, negócios de natureza e América Latina**. São Paulo: AnnaBlume, 2018. v. 1, p. 19-42.

PORTO-GONÇALVES, C.W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

REBELO, J. A. O novo paradigma da gestão pública. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 6, p. 949-963, nov./dez. 2004.

ROSSETTO, A. M.; ORTH, D. M.; ROSSETTO, C. R. Gestão ambiental integrada ao desenvolvimento sustentável: um estudo de caso em Passo Fundo (RS). **Revista de Administração Pública**, v. 40, n. 5, 2006.

SACHS, I. Em busca de novas estratégias de desenvolvimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 9, n. 25, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/jmZcNCXLcYH3CNDcskG4rMd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 mai. 2023.

SANTOS FILHO, A. A. **Crise ambiental moderna: um diagnóstico interdisciplinar**. Porto Alegre: Redes Editora, 2015

SEIFFERT, M. E. B. **ISO 14001 sistemas de gestão ambiental: implantação objetiva e econômica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SHEWHART, W. A. **Economic control of quality of manufactured product**. 50th Anniversary Commemorative Issue. [S.l.]: American Society for Quality, 1980.

SICHE, R. *et al.* Índices versus indicadores: precisões conceituais na discussão da sustentabilidade de países. **Ambiente & Sociedade**, v. 10, n. 2, p. 137–148, jul./dez. 2007.

SILVA, C. L. **Desenvolvimento sustentável: um modelo analítico integrado e adaptativo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

SILVA, L. S. A., QUELHAS, O. L. G. de. Sustentabilidade Empresarial e o Impacto no Custo de Capital Próprio das Empresas de Capital Aberto. **Gestão & Produção**, v. 13, n. 3, p.385-395, set./dez. 2006.

SILVA, P. L. B.; COSTA, N. R. **A avaliação de programas públicos**: reflexões sobre a experiência brasileira. Relatório Técnico. Cooperação Técnica BID-IPEA. Brasília: Ipea, 2002.

SLACK, N.; CHAMBERS, S.; JOHNSTON, R. **Operations management**. 5. ed. New York: Prentice Hall, 2007.

SOUSA, M. C. P. **A aplicação de ações sustentáveis exigidas pela legislação em órgãos públicos**: as práticas de universidades federais. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

SOUZA, C. M. de M.; THEIS, I. M. **Desenvolvimento regional**: abordagens contemporâneas. Blumenau: Edifurb, 2019.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento econômico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

TAYRA, F., RIBEIRO, H. Modelos de Indicadores de Sustentabilidade: síntese e avaliação crítica das principais experiências. **Saúde e Sociedade**, v. 15, n. 1, p. 84-95, jan./abr. 2006.

TCU – TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Auditoria em sustentabilidade na administração pública federal**. TC: 006.615/2016-3. Relatório. Brasília: TCU, 2017.

TCU – TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Referencial de controle de políticas públicas**. Brasília: TCU, 2020.

VALARELLI, Leandro Lamas. **Indicadores de resultados de projetos sociais**. Campinas: Unicamp, [s.d.]. Disponível em: https://www.fcm.unicamp.br/fcm/sites/default/files/valarelli_indicadores_de_resultados_de_projetos_sociais.pdf. Acesso em: 31 mar. 2024.

VITERBO JUNIOR, Ê. **Sistema integrado de gestão ambiental**: como implementar um sistema de gestão que atenda à norma ISO 14001, a partir de um sistema baseado na norma ISO 9000. São Paulo: Aquariana, 1998.

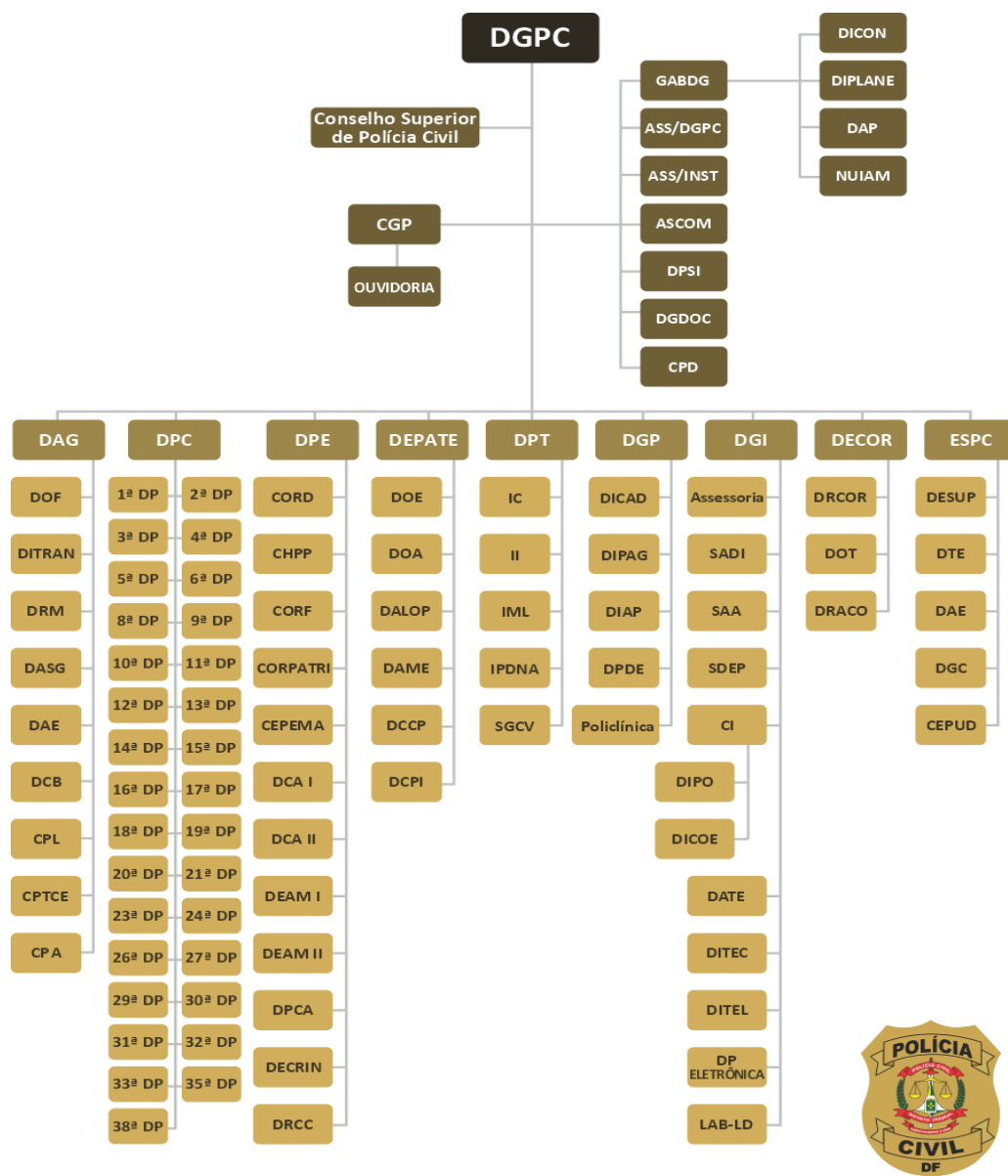
WENDLER, R. The maturity of maturity model research: a systematic mapping study. **Information and Software Technology**, v. 54, n. 12, p. 1317-1339, 2012. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0950584912001334>. Acesso em: 31 mar. 2024.

WORLD BANK. **GovTech maturity index**: the state of public sector digital transformation. Washington, D.C.: World Bank, 2022. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/495831623303257484/pdf/GovTech-Maturity-Index-The-State-of-Public-Sector-Digital-Transformation.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2024.

ZANIN, L. M. J.; BARRETO, C. P. Cartilha do comprador: as compras públicas alavancando o desenvolvimento. Brasília: CNM; Sebrae, 2006.

ANEXO A – Organograma da PCDF

Figura 7 – Organograma da PCDF



Fonte: PCDF.¹⁴

¹⁴ Disponível em: <https://www.pcdf.df.gov.br/institucional/organograma>

ANEXO B – Certificado de adesão da PCDF ao Programa A3P

APÊNDICE A – Critérios de pontuação do questionário

Indicadores e índice para levantamento das ações empreendidas pelos órgãos federais para promoção da sustentabilidade.

Total de 11 indicadores, cuja média revela o índice de acompanhamento da sustentabilidade na administração (Iasa).

Nº	Indicador	Abreviatura
1	Plano de Logística Sustentável (PLS) – elaboração, implementação e monitoramento	PLS
2	Racionalização no uso de energia elétrica	Energia
3	Racionalização no uso de água	Água
4	Atendimento a requisitos de acessibilidade	Acessibilidade
5	Certificação de prédios públicos	IN2
6	Papel e processo eletrônico	Papel
7	Gestão de resíduos e coleta seletiva	CSS
8	Contratações Públicas sustentáveis	CPS
9	Mobilidade e gases de efeito estufa	MOB
10	Conscientização e capacitação	Capacitação
11	Adesão a programas de sustentabilidade	Programas
Índice de acompanhamento da sustentabilidade – Iasa		
IS = (PLS + Energia + Água + Acessibilidade + IN2 + Papel + CSS + CPS + MOB + Capacitação + Programas) / 11		

INDICADOR 1 (PLS): Plano de Logística Sustentável: elaboração, implementação e monitoramento

1.1. Existe algum departamento tal como comissão, comitê, secretaria ou unidade, formalmente designado, responsável pelo planejamento, elaboração, implementação e acompanhamento de ações destinadas à promoção da temática da sustentabilidade e consumo racional, o qual pode culminar com a elaboração, implementação e acompanhamento do PLS?

1	Sim
0	Não

1.2. A instituição possui PLS, conforme tratam o Decreto n.º 7.746/2012 e as Resoluções n.º 201/2015 do CNJ e n.º 23.474/2016 do TSE?

1	Sim
0	Não

1.3. Os resultados decorrentes da implementação do PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na internet? (Só responder essa pergunta sob as seguintes condições: a resposta foi “Sim” na questão 1.2)

1	Sim
0	Não

INDICADOR 2 (EE): Energia elétrica: racionalização no seu uso e atendimento aos normativos aplicáveis

Questionamento	Sim	Não
2.1. Adota preceitos à luz dos constantes da Portaria MP 23/2015 no que se refere a boas práticas de gestão e medição do uso de energia elétrica?	1	0
2.2. Verifica e adequa, quando necessário, a estrutura tarifária e demanda contratada em que está enquadrada, mediante negociação com a concessionária distribuidora de energia elétrica?	1	0
2.3. Emprega mecanismos de produção de energia alternativa <i>in loco</i> , tais como energia eólica e painéis fotovoltaicos?	1	0

INDICADOR 3 (H2O): Água: racionalização no seu uso e atendimento aos normativos aplicáveis

Questionamento	Sim	Não
3.1. Adota preceitos à luz dos constantes na Portaria MP 23/2015 no que se refere a boas práticas de gestão e medição do uso de água?	1	0
3.2. Verifica e adequa, quando necessário, a estrutura tarifária do fornecimento de água, mediante negociação com a concessionária?	1	0
3.3. Realiza coleta e aproveitamento da água de chuva?	1	0

INDICADOR 4 (IPD): Acessibilidade (0,2 ponto por questão – todas as 15 perguntas serão consideradas)

Questionamento	Atende em mais de 50% do edifício
4.1. Colocação do “símbolo internacional de acesso” em todos os locais que possibilitem acesso, circulação e utilização por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida?	0,2
4.2. Nas licitações a instituição assegura, como critério de desempate, preferência aos bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que atendam as regras de acessibilidade e que cumpram com a reserva de cargos para pessoa com deficiência?	0,2
4.3. A instituição fiscaliza o cumprimento dos requisitos de acessibilidade na execução de seus contratos de prestação de serviços	0,2
4.4. É garantida a acessibilidade aos elevadores por pessoas com deficiência?	0,2
4.5. A construção, ampliação ou reforma de edifícios destinados ao uso coletivo são executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis às pessoas com deficiência?	0,2
4.6. As edificações de uso público ou de uso coletivo dispõem de sanitários acessíveis destinados ao uso por pessoa com deficiência?	0,2
4.7. É promovida a eliminação de barreiras na comunicação e são estabelecidos mecanismos e alternativas técnicas (Libras, legendas, audiodescrição, tecnologia assistiva, publicações em formatos alternativos etc.) que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas com deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação?	0,2
4.8. São promovidas campanhas informativas e educativas dirigidas a seus colaboradores e ao público em geral, com a finalidade de conscientizá-los e sensibilizá-los quanto à acessibilidade e à inclusão social da pessoa com deficiência?	0,2
4.9. São garantidas formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da língua brasileira de sinais (Libras) como meio de comunicação legal e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil?	0,2

Questionamento	Atende em mais de 50% do edifício
4.10. É dispensado atendimento prioritário às pessoas com deficiência e seus eventuais acompanhantes?	0,2
4.11. A instalação do mobiliário, inclusive o urbano (postes, lixeiras, toldos, marquises, bancos, quiosques, plantas etc.) garante aproximação segura e o uso por pessoa com deficiência intelectual, visual, mental ou auditiva, a aproximação e o alcance visual e manual para as pessoas com deficiência física, em especial aquelas em cadeira de rodas, e a circulação livre de barreiras?	0,2
4.12. As áreas destinadas a eventos e conferências são acessíveis para uso por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida?	0,2
4.13. Nos estacionamentos externos ou internos das edificações de uso público ou de uso coletivo, serão reservados, pelo menos, 2% do total de vagas para veículos que transportem pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida, com, no mínimo, uma vaga em local próximo à entrada principal da edificação?	0,2
4.14. Nas edificações de uso público ou de uso coletivo existe sinalização sonora, visual e tátil para orientação de pessoas com deficiência auditiva e visual?	0,2
4.15. É garantida a acessibilidade no portal e sítio eletrônico da instituição na internet, para o uso das pessoas com deficiência, conforme as melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotadas nacional e internacionalmente?	0,2

INDICADOR 5 (IN2): Certificação de prédios públicos

5.1. A instituição tem conhecimento da IN SLTI/MP 2/2014 ou demais normativos aplicáveis similares, que orientem a construção e reforma de prédios públicos e a aquisição de máquinas e equipamentos consumidores de energia elétrica com vistas ao uso racional de energia elétrica e demais insumos naturais?

1	Sim
0	Não

5.2. A instituição tem intenção de adaptar os prédios já construídos anteriormente à vigência da IN SLTI/MP 2/2014 (agosto de 2014), de modo que possam ser certificados conforme a citada IN?

1	Sim
0	Não

5.3. Marque a coluna correspondente à frequência com que as dificuldades constantes na coluna da esquerda são vivenciadas pela sua instituição para certificação de seus prédios públicos. Considerar inclusive aqueles construídos anteriormente à vigência da IN SLTI/MP 2/2014.

Dificuldade	Poucas vezes é uma dificuldade	Nunca é uma dificuldade
Certificação dos prédios não é prioridade	1	1

INDICADOR 6 (Papel): Racionalização de consumo de papel e processo eletrônico

Afirmativa	Sim	Não
6.1. Adota práticas de impressão de modo a otimizar o consumo de papel, tais como padronização de impressão frente/verso e em modo econômico, ilhas de impressão, <i>software</i> de controle de impressão.	1	0

OU (uma das duas ou as duas já obtém um ponto)		
6.2. Adota a prática de outsourcing de impressão e reprografia, referente a terceirização de todo o processo com impressão e cópias.	1	0
6.3. Está implementando ou já utiliza sistemas informatizados para a gestão e o trâmite de processos administrativos eletrônicos.	1	0
6.4. Realiza monitoramento para avaliar a evolução do consumo de papel e a aquisição de impressoras.	1	0

INDICADOR 7 (CSS): Gestão de resíduos e coleta seletiva solidária

Afirmativa	Sim	Não
7.1. Possui plano de gestão de resíduos sólidos.	1	0
7.2. Constituiu Comissão para a Coleta Seletiva Solidária (CCSS), com, no mínimo, três servidores formalmente designados.	1	0
7.3. Encaminha semestralmente ao Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis a avaliação do processo de separação dos resíduos recicláveis descartados.	1	0

INDICADOR 8 (CPS): Aquisições e contratações sustentáveis

Afirmativa	Sim	Não
8.1. A Consultoria Jurídica aborda questões relativas a diretrizes, critérios e práticas de sustentabilidade, nos pareceres que antecedem às contratações.	1	0
8.2. Realiza um planejamento de compra anual, especificando os itens sustentáveis a serem adquiridos, considerando os materiais ociosos para reaproveitamento nos setores que os necessitem, analisando o consumo para avaliação da real necessidade.	1	0
8.3. Considera a avaliação do ciclo de vida (ACV) dos bens ou serviços a serem comprados ou contratados, considerando a função final a que se destina a aquisição de um determinado produto ou a contratação de um determinado serviço.	1	0

INDICADOR 9 (MOB): Mobilidade, transporte institucional e emissão de gases de efeito estufa

Questionamento	Sim	Não
9.1. Acompanha / monitora o total de viagens TERRESTRES realizadas, distância percorrida e consumo de combustível decorrente dos deslocamentos oficiais de seus colaboradores e autoridades?	1	0
OU (uma das duas ou as duas já obtém um ponto)		
9.2. Acompanha / monitora o total de viagens AÉREAS realizadas, distância percorrida e consumo de combustível decorrente dos deslocamentos oficiais de seus colaboradores e autoridades?	1	0
9.3. Tem adotado medidas para compensar o carbono emitido em decorrência dos deslocamentos oficiais?	1	0
9.4. A maioria da frota institucional dá preferência para utilização de combustível menos poluente, como biodiesel ou álcool, ou para utilização de veículos elétricos.	1	0
OU (uma das duas ou as duas já obtém um ponto)		
9.5. Existe infraestrutura no órgão, tal como paraciclos e vestiários, que incentive a locomoção pela bicicleta.	1	0

INDICADOR 10 (CC): Conscientização e capacitação dos colaboradores com relação aos aspectos da sustentabilidade

Afirmativa	Sim	Não
10.1. A instituição realiza, realizou ou participou de cursos de capacitação para os seus gestores envolvidos com a temática da sustentabilidade, tal como cursos direcionados à elaboração, implementação e monitoramento do PLS?	1	0
10.2. A instituição realiza, realizou ou participou de cursos de capacitação para os seus gestores envolvidos com a temática das compras, aquisições e contratações sustentáveis (pregoeiros e integrantes de comissões de licitação), levando em consideração inclusive os ensinamentos decorrentes da Avaliação do Ciclo de Vida (ACV)?	1	0
10.3. São realizadas campanhas envolvendo os servidores e demais colaboradores da Instituição, visando à divulgação das ações de sustentabilidade, tal como o PLS e as ações de racionalização de consumo consciente de água, energia e papel nas instalações e atividades de sua instituição, ao transporte alternativo e redução / compensação de emissão de gás carbônico e descarte consciente de resíduos?	1	0

INDICADOR 11 (APS): Adesão a programas de sustentabilidade do governo – A3P, Procel Edifica, PEG e PES/Governança

O órgão/instituição faz parte do programa:

PERGUNTAS	Faz parte do programa
11.1. A3P	1
11.2. Procel Edifica	1
11.3. PES	1

APÊNDICE B – Questionário respondido pela Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável da PCDF

Indicadores e índice para levantamento das ações empreendidas pelos órgãos federais para promoção da sustentabilidade.

Total de 11 indicadores, cuja média revela o índice de acompanhamento da sustentabilidade na administração (Iasa).

Nº	Indicador	Abreviatura
1	Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) – Elaboração, implementação e monitoramento	PLS
2	Racionalização no uso de energia elétrica	Energia
3	Racionalização no uso de água	Água
4	Atendimento a requisitos de acessibilidade	Acessibilidade
5	Certificação de prédios públicos	IN2
6	Papel e processo eletrônico	Papel
7	Gestão de resíduos e coleta seletiva	CSS
8	Contratações Públicas sustentáveis	CPS
9	Mobilidade e gases de efeito estufa	MOB
10	Conscientização e capacitação	Capacitação
11	Adesão a programas de sustentabilidade	Programas
Índice de acompanhamento da sustentabilidade – Iasa		
IS = (PLS + Energia + Água + Acessibilidade + IN2 + Papel + CSS + CPS + MOB + Capacitação + Programas) / 11		

INDICADOR 1 (PLS): Plano de Logística Sustentável: elaboração, implementação e monitoramento

1.1. Existe algum departamento tal como comissão, comitê, secretaria ou unidade, formalmente designado, responsável pelo planejamento, elaboração, implementação e acompanhamento de ações destinadas à promoção da temática da sustentabilidade e consumo racional, o qual pode culminar com a elaboração, implementação e acompanhamento do PLS?

X	Sim
	Não

1.2. A instituição possui PLS, conforme tratam o Decreto n.º 7.746/2012 e as Resoluções n.º 201/2015 do CNJ e n.º 23.474/2016 do TSE?

X	Sim
	Não

1.3. Os resultados decorrentes da implementação do PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na Internet? (Só responder essa pergunta sob as seguintes condições: a resposta foi “Sim” na questão 1.2)

	Sim
X	Não

INDICADOR 2 (EE): Energia elétrica – Racionalização no seu uso e atendimento aos normativos aplicáveis

Questionamento	Sim	Não
2.1. Adota preceitos à luz dos constantes da Portaria MP 23/2015 no que se refere a boas práticas de gestão e medição do uso de energia elétrica?	X	
2.2. Verifica e adequa, quando necessário, a estrutura tarifária e demanda contratada em que está enquadrada, mediante negociação com a concessionária distribuidora de energia elétrica?	X	
2.3. Emprega mecanismos de produção de energia alternativa <i>in loco</i> , tais como energia eólica e painéis fotovoltaicos?	X	

INDICADOR 3 (H2O): Água – Racionalização no seu uso e atendimento aos normativos aplicáveis

Questionamento	Sim	Não
3.1. Adota preceitos à luz dos constantes na Portaria MP 23/2015 no que se refere a boas práticas de gestão e medição do uso de água?	X	
3.2. Verifica e adequa, quando necessário, a estrutura tarifária do fornecimento de água, mediante negociação com a concessionária?	X	
3.3. Realiza coleta e aproveitamento da água de chuva?	X	

INDICADOR 4 (IPD): Acessibilidade (0,2 ponto por questão – todas as 15 perguntas serão consideradas)

Questionamento	Atende em mais de 50% do edifício
4.1. Colocação do “símbolo internacional de acesso” em todos os locais que possibilitem acesso, circulação e utilização por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida?	Não
4.2. Nas licitações a instituição assegura, como critério de desempate, preferência aos bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que atendam as regras de acessibilidade e que cumpram com a reserva de cargos para pessoa com deficiência?	Não
4.3. A Instituição fiscaliza o cumprimento dos requisitos de acessibilidade na execução de seus contratos de prestação de serviços	Sim
4.4. É garantida a acessibilidade aos elevadores por pessoas com deficiência?	Sim
4.5. A construção, ampliação ou reforma de edifícios destinados ao uso coletivo são executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis às pessoas com deficiência?	Sim
4.6. As edificações de uso público ou de uso coletivo dispõem de sanitários acessíveis destinados ao uso por pessoa com deficiência?	Sim
4.7. É promovida a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecida mecanismos e alternativas técnicas (Libras, legendas, audiodescrição, tecnologia assistiva, publicações em formatos alternativos, etc.) que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas com deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação?	Sim
4.8. São promovidas campanhas informativas e educativas dirigidas aos seus colaboradores e público em geral, com a finalidade de conscientizá-los e sensibilizá-los quanto à acessibilidade e à inclusão social da pessoa com deficiência?	Não
4.9. São garantidas formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da língua brasileira de sinais (Libras) como meio de comunicação legal e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil?	Sim
4.10. É dispensado atendimento prioritário às pessoas com deficiência e	Sim

seus eventuais acompanhantes?	
4.11. A instalação do mobiliário, inclusive o urbano (postes, lixeiras, toldos, marquises, bancos, quiosques, plantas etc.) garante aproximação segura e o uso por pessoa com deficiência intelectual, visual, mental ou auditiva, a aproximação e o alcance visual e manual para as pessoas com deficiência física, em especial aquelas em cadeira de rodas, e a circulação livre de barreiras?	Sim
4.12. As áreas destinadas a eventos e conferências são acessíveis para uso por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida?	Sim
4.13. Nos estacionamentos externos ou internos das edificações de uso público ou de uso coletivo, serão reservados, pelo menos, 2% do total de vagas para veículos que transportem pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida, com, no mínimo, uma vaga em local próximo à entrada principal da edificação?	Sim
4.14. Nas edificações de uso público ou de uso coletivo existe sinalização sonora, visual e tátil para orientação de pessoas com deficiência auditiva e visual?	Não

INDICADOR 5 (IN2): Certificação de prédios públicos

5.1. A instituição tem conhecimento da IN SLTI/MP 2/2014 ou demais normativos aplicáveis similares, que orientem a construção e reforma de prédios públicos e a aquisição de máquinas e equipamentos consumidores de energia elétrica com vistas ao uso racional de energia elétrica e demais insumos naturais?

	Sim
X	Não

5.2. A instituição tem intenção de adaptar os prédios já construídos anteriormente à vigência da IN SLTI/MP 2/2014 (agosto de 2014), de modo que possam ser certificados conforme a citada IN?

	Sim
X	Não

5.3. Marque a coluna correspondente à frequência com que as dificuldades constantes na coluna da esquerda são vivenciadas pela sua instituição para certificação de seus prédios públicos. Considerar inclusive aqueles construídos anteriormente à vigência da IN SLTI/MP 2/2014.

Dificuldade	Poucas vezes é uma dificuldade	Nunca é uma dificuldade
Certificação dos prédios não é prioridade	X	

INDICADOR 6 (PAPEL): Racionalização de consumo de papel e processo eletrônico

Afirmativa	Sim	Não
6.1. Adota práticas de impressão de modo a otimizar o consumo de papel, tais como padronização de impressão frente/verso e em modo econômico, ilhas de impressão, software de controle de impressão,	X	
OU (uma das duas, ou as duas, já obtém um ponto)		
6.2. Adota a prática de outsourcing de impressão e reprografia, referente a terceirização de todo o processo com impressão e cópias	X	
6.3. Está implementando ou já utiliza sistemas informatizados para a gestão e o trâmite de processos administrativos eletrônicos	X	

6.4. Realiza monitoramento para avaliar a evolução do consumo de papel e a aquisição de impressoras	X	
---	---	--

INDICADOR 7 (CSS): Gestão de resíduos e coleta seletiva solidária

Afirmativa	Sim	Não
7.1. Possui plano de gestão de resíduos sólidos.	X	
7.2. Constituiu Comissão para a Coleta Seletiva Solidária (CCSS), com, no mínimo, três servidores formalmente designados.	X	
7.3. Encaminha semestralmente ao Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis a avaliação do processo de separação dos resíduos recicláveis descartados.	X	

INDICADOR 8 (CPS): Aquisições e contratações sustentáveis

Afirmativa	Sim	Não
8.1. A Consultoria Jurídica aborda questões relativas a diretrizes, critérios e práticas de sustentabilidade, nos pareceres que antecedem às contratações		X
8.2. Realiza um planejamento de compra anual, especificando os itens sustentáveis a serem adquiridos, considerando os materiais ociosos para reaproveitamento nos setores que os necessitem, analisando o consumo para avaliação da real necessidade		X
8.3. Considera a Avaliação do Ciclo de Vida (ACV) dos bens ou serviços a serem comprados ou contratados, considerando a função final a que se destina a aquisição de um determinado produto ou a contratação de um determinado serviço	X	

INDICADOR 9 (MOB): Mobilidade, transporte institucional e emissão de gases de efeito estufa

Questionamento	Sim	Não
9.1. Acompanha / monitora o total de viagens TERRESTRES realizadas, distância percorrida e consumo de combustível decorrente dos deslocamentos oficiais de seus colaboradores e autoridades?	X	
OU (uma das duas, ou as duas, já obtém um ponto)		
9.2. Acompanha / monitora o total de viagens AÉREAS realizadas, distância percorrida e consumo de combustível decorrente dos deslocamentos oficiais de seus colaboradores e autoridades?	X	
9.3. Tem adotado medidas para compensar o carbono emitido em decorrência dos deslocamentos oficiais?		X
9.4. A maioria da frota institucional dá preferência para utilização de combustível menos poluente, como biodiesel ou álcool, ou para utilização de veículos elétricos?		X
OU (uma das duas, ou as duas, já obtém um ponto)		
9.5. Existe infraestrutura no órgão, tal como paraciclos e vestiários, que incentive a locomoção pela bicicleta.?		X

INDICADOR 10 (CC): Conscientização e capacitação dos colaboradores com relação aos aspectos da sustentabilidade

Afirmativa	Sim	Não
10.1. A instituição realiza, realizou ou participou de cursos de capacitação para os seus gestores envolvidos com a temática da sustentabilidade, tal como cursos direcionados à elaboração, implementação e monitoramento do PLS?	X	
10.2. A instituição realiza, realizou ou participou de cursos de capacitação para os seus gestores envolvidos com a temática das compras, aquisições e contratações sustentáveis (pregoeiros e integrantes de comissões de licitação), levando em consideração inclusive os ensinamentos decorrentes da Avaliação do Ciclo de Vida	X	

(ACV)?		
10.3. São realizadas campanhas envolvendo os servidores e demais colaboradores da Instituição, visando à divulgação das ações de sustentabilidade, tal como o PLS e as ações de racionalização de consumo consciente de água, energia e papel nas instalações e atividades de sua instituição, ao transporte alternativo e redução / compensação de emissão de gás carbônico e descarte consciente de resíduos?	X	

INDICADOR 11 (APS): ADEÇÃO A PROGRAMAS DE SUSTENTABILIDADE DO GOVERNO – A3P, Procel Edifica, PEG e PES / GOVERNANÇA

O órgão / instituição faz parte do programa:

PERGUNTAS	Faz parte do programa
11.1. A3P	1 X
11.2. PROCEL Edifica	1
11.3. PES	1

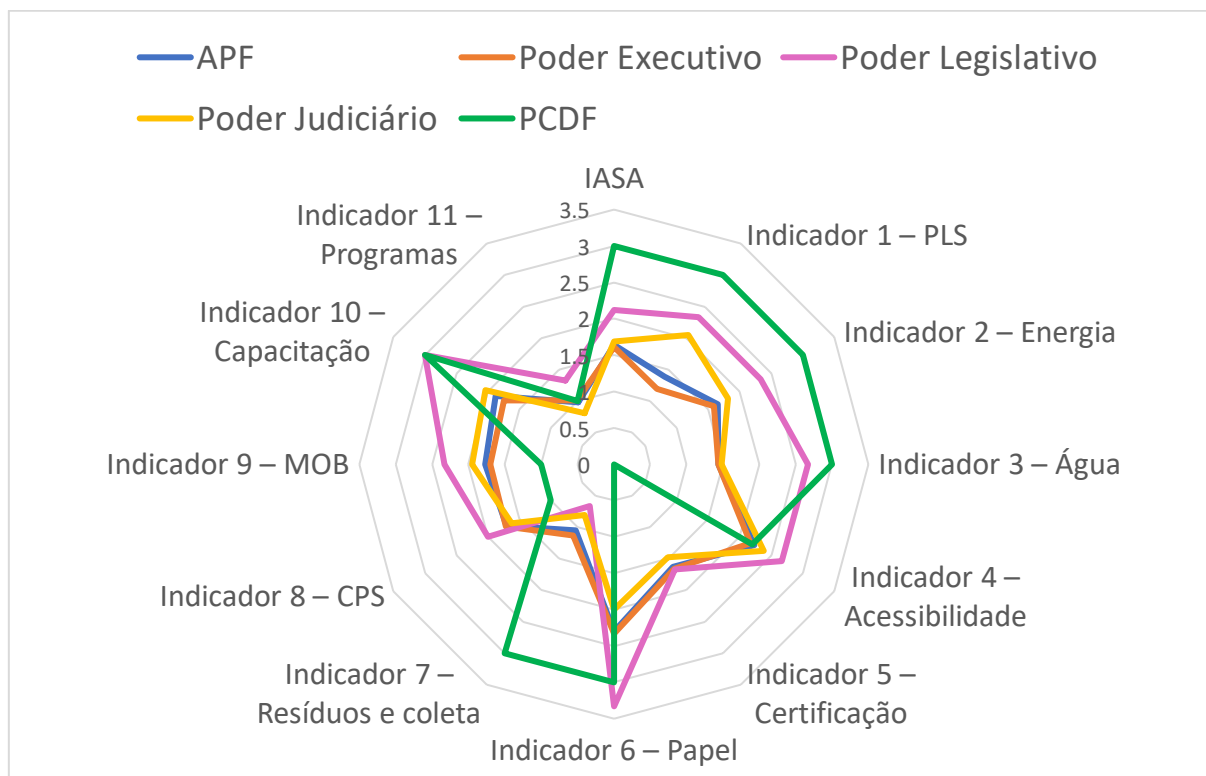
APÊNDICE C – Comparação dos resultados obtidos na pesquisa com os resultados da auditoria do TCU

Tabela 12 – Resultados no Iasa da PCDF, da APF e dos poderes

Grandeza	APF	Poder Executivo	Poder Legislativo	Poder Judiciário	PCDF
Iasa	1,64	1,61	2,12	1,69	3
Indicador 1 – PLS	1,39	1,19	2,33	2,05	3
Indicador 2 – Energia	1,65	1,59	2,33	1,81	3
Indicador 3 – Água	1,44	1,44	2,67	1,48	3
Indicador 4 – Acessibilidade	2,23	2,17	2,67	2,38	2,2
Indicador 5 – Certificação	1,63	1,66	1,67	1,48	0
Indicador 6 – Papel	2,3	2,33	3,33	2	3
Indicador 7 – Resíduos e coleta	1,05	1,13	0,67	0,81	3
Indicador 8 – CPS	1,7	1,71	2	1,62	1
Indicador 9 – MOB	1,77	1,7	2,33	1,95	1
Indicador 10 – Capacitação	1,88	1,75	3	2,04	3
Indicador 11 – Programas	0,98	1,01	1,33	0,81	1

Fonte: dados da pesquisa e TCU (2017). Elaboração própria.

Figura 8 – Gráfico com resultados do Iasa da PCDF, da APF e dos poderes



Fonte: dados da pesquisa e TCU (2017). Elaboração própria.